



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JAIR ALEXANDRE MIRANDA DE JESUS JÚNIOR
RUBIN SANTOS FERREIRA

**A EFICÁCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS: Estudo de caso na empresa Agro Lopes em Itaituba-PA**

Itaituba – PA

2026

JAIR ALEXANDRE MIRANDA DE JESUS JÚNIOR

RUBIN SANTOS FERREIRA

**A EFICÁCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS: Estudo de caso na empresa Agro Lopes
em Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Flavio Sousa do Nascimento

Itaituba – PA

2026

JESUS JÚNIOR, Jair Alexandre Miranda de; FERREIRA, Rubin Santos.

A eficácia de informações contábeis para micro e pequenas empresas: estudo de caso na empresa Agro Lopes em Itaituba-PA- FAI / Acadêmico. Itaituba: FAI, 2026.

66 f.

Orientadora: Prof. Flavio Sousa do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2026.

1. Contabilidade. 2. Micro e pequenas empresas. I. JESUS JÚNIOR, Jair Alexandre Miranda de; FERREIRA, Rubin Santos. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2026.

JAIR ALEXANDRE MIRANDA DE JESUS JÚNIOR

RUBIN SANTOS FERREIRA

**A EFICÁCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS: Estudo de caso na empresa Agro Lopes
em Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Flavio Sousa do Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof. Flavio Sousa do Nascimento

Orientador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Orientador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, ____ de abril de 2026.

*Dedicamos este trabalho a Deus, pela
força e sabedoria concedidas ao longo
desta caminhada. Às nossas famílias, pelo
apoio e incentivo constantes.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, pela vida, pela força e pela sabedoria concedidas ao longo desta jornada acadêmica, permitindo-nos superar desafios e alcançar mais esta etapa importante de nossas trajetórias.

Às nossas famílias, pelo apoio, incentivo e compreensão durante todo o período de formação, sendo fundamentais para que pudéssemos manter a dedicação necessária aos estudos e à conclusão deste trabalho.

À Faculdade de Itaituba, pela oportunidade de formação acadêmica e pelo ambiente de aprendizado que contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento ao longo do curso de Ciências Contábeis.

Ao Professor Flavio Sousa do Nascimento, pela orientação, dedicação e contribuições valiosas durante o desenvolvimento desta pesquisa, compartilhando conhecimentos que foram essenciais para a construção deste trabalho.

À empresa Agro Lopes, pela disponibilidade e colaboração na realização deste estudo de caso, permitindo o acesso às informações necessárias para a concretização desta pesquisa.

Por fim, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conclusão desta importante etapa acadêmica.

RESUMO

Os resultados deste estudo evidenciam que as informações contábeis desempenham papel relevante na organização financeira e no suporte às decisões em micro e pequenas empresas, ainda que seu potencial estratégico nem sempre seja plenamente explorado. A pesquisa analisa o papel das informações contábeis no processo de gestão e tomada de decisão em uma empresa inserida no contexto econômico do município de Itaituba, no estado do Pará, considerando a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento local e a necessidade de verificar se a contabilidade é utilizada de forma estratégica ou permanece restrita ao cumprimento de exigências fiscais. Trata-se de pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso único. Os achados demonstraram que a organização mantém relação estruturada com os serviços contábeis, apresenta elevado nível de compreensão das informações fornecidas e utiliza relatórios contábeis e documentos fiscais no acompanhamento financeiro e no apoio às decisões operacionais. Contudo, verificou-se que a consultoria contábil ocorre de forma ocasional e permanece direcionada predominantemente ao planejamento tributário, à redução de custos e à precificação, indicando que a dimensão estratégica da contabilidade ainda pode ser ampliada. No âmbito institucional, constatou-se percepção de elevado nível de burocracia associado às exigências regulatórias, embora haja domínio das obrigações fiscais necessárias à regularidade empresarial. Conclui-se que as informações contábeis contribuem significativamente para o controle financeiro e a organização administrativa, podendo alcançar maior impacto estratégico mediante fortalecimento da atuação consultiva do profissional contábil e ampliação do uso sistemático de instrumentos gerenciais.

Palavras-chave: Informações contábeis. Gestão empresarial. Micro e pequenas empresas. Tomada de decisão. Contabilidade gerencial.

ABSTRACT

The results of this study show that accounting information plays a relevant role in financial organization and decision support in micro and small enterprises, even though its strategic potential is not always fully exploited. The research analyzes the role of accounting information in the management and decision-making process in a company located in the economic context of the municipality of Itaituba, in the state of Pará, considering the importance of micro and small enterprises for local development and the need to verify whether accounting is used strategically or remains restricted to fulfilling tax requirements. This is a field research, with a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, developed through a single case study. The findings demonstrated that the organization maintains a structured relationship with accounting services, shows a high level of understanding of the information provided, and uses accounting reports and tax documents in financial monitoring and in supporting operational decisions. However, it was found that accounting consulting occurs occasionally and remains predominantly directed towards tax planning, cost reduction, and pricing, indicating that the strategic dimension of accounting can still be expanded. Within the institutional context, a high level of bureaucracy associated with regulatory requirements was observed, although there is mastery of the fiscal obligations necessary for business regularity. It is concluded that accounting information contributes significantly to financial control and administrative organization, and can achieve greater strategic impact through strengthening the advisory role of accounting professionals and expanding the systematic use of management tools.

Keywords: Accounting information. Business management. Micro and small enterprises. Decision-making. Managerial accounting.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	International Financial Reporting Standards
LC	Lei Complementar
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPE	Micro e Pequena Empresa
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - Classificação quantitativa de Micro e Pequena Empresa	17
Figura 2- Local de pesquisa- Agrolopes	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados do Bloco 1: Identificação e Perfil da Empresa	37
Quadro 2 – Resultados do Bloco 2: Utilização Atual de Informações Contábeis.....	39
Quadro 3 – Resultados do Bloco 3: Percepção sobre as Informações Contábeis	40
Quadro 4 – Resultados do Bloco 4: Consultoria Contábil	41
Quadro 5 – Resultados do Bloco 5: Crescimento Empresarial	42
Quadro 6 – Resultados do Bloco 6: Burocracias e Obrigações Fiscais	43
Quadro 7 – Resultados do Bloco 7: Contexto Econômico de Itaituba	44
Quadro 8 – Resultados do Bloco 8: Responsabilidade Social	46
Quadro 9 – Resultados do Bloco 9: Avaliação Final	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.....	11
2.1.1 A contabilidade no contexto brasileiro e sua normatização	13
2.2 DEFINIÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	16
2.2.1 A necessidade de informações contábeis nas micro e pequenas empresas	19
2.2.2 A eficácia das informações contábeis na tomada de decisões	20
2.3 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES NO USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
2.3.1 Desafios das micro e pequenas empresas na utilização de informações contábeis	23
2.3.2 Consequências da má utilização de informações contábeis	24
2.4 CONTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	26
2.4.1 A contabilidade como instrumento de gestão e crescimento regional	27
2.4.2 O impacto das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional	29
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	32
3.2 LOCAL DO ESTUDO.....	33
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	34
3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS.....	35
3.5 PROCEDIMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS	35
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
4.1 BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DA EMPRESA.....	37
4.2 BLOCO 2- UTILIZAÇÃO ATUAL DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	38
4.3 BLOCO 3- PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	40
4.4 BLOCO 4- CONSULTORIA CONTÁBIL E TIPOS DE SERVIÇOS	41
4.5 BLOCO 5- CRESCIMENTO, ESTAGNAÇÃO E RESULTADOS.....	42
4.6 BLOCO 6- BUROCRACIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	43

4.7 BLOCO 7- CONTEXTO ECONÔMICO LOCAL	44
4.8 BLOCO 8- RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	45
4.9 BLOCO 9- AVALIAÇÃO FINAL	46
4.5 PRÁTICA SUGERIDA PARA APRIMORAMENTO	48
5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	55
APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	57

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A Eficácia das Informações Contábeis para Micro e Pequenas Empresas: estudo de caso na Empresa Agro Lopes em Itaituba–PA”, insere-se no contexto contemporâneo das transformações econômicas que exigem maior organização, controle financeiro e planejamento estratégico por parte das micro e pequenas empresas. Em um cenário marcado por competitividade crescente, exigências tributárias complexas e desafios ao crescimento sustentável no comércio local de Itaituba, a contabilidade emerge como instrumento essencial para orientar decisões, reduzir riscos e fortalecer a permanência das empresas no mercado.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a eficácia das informações contábeis no processo de gestão e tomada de decisão em micro e pequenas empresas, tomando como referência um estudo de caso realizado na empresa Agro Lopes, no município de Itaituba–PA. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar o uso das informações contábeis na gestão e no processo decisório da empresa investigada; examinar a consultoria contábil e seu potencial estratégico na dinâmica organizacional do empreendimento; e investigar as burocracias institucionais, as obrigações fiscais e os aspectos relacionados à responsabilidade social empresarial no contexto analisado.

A justificativa para o desenvolvimento da pesquisa fundamenta-se na relevância das micro e pequenas empresas para a economia local, considerando que esse segmento representa parcela significativa da geração de emprego e renda em Itaituba–PA. Diante das dificuldades enfrentadas por muitos empreendedores, especialmente quanto à compreensão das obrigações contábeis e tributárias, torna-se necessário investigar se as informações contábeis estão sendo utilizadas de forma estratégica ou se permanecem restritas ao cumprimento das exigências fiscais, o que pode contribuir para a estagnação empresarial.

Desse modo, destaca-se que a informação contábil pode assumir papel relevante no fortalecimento da gestão e no aprimoramento das práticas administrativas nas micro e pequenas empresas. Nesse contexto, o estudo busca responder às seguintes questões: de que maneira as informações contábeis são utilizadas no processo de gestão e tomada de decisão na empresa investigada? Qual é o papel da consultoria contábil e qual seu potencial estratégico na dinâmica

organizacional do empreendimento? De que forma as burocracias institucionais, as obrigações fiscais e os aspectos relacionados à responsabilidade social influenciam o funcionamento da organização?

A pesquisa configurou-se como estudo de campo, caracterizado pela coleta de dados diretamente no ambiente em que o fenômeno ocorreu, sendo conduzida sob a forma de estudo de caso único, concentrando-se exclusivamente na empresa Agro Lopes, em Itaituba–PA, tendo como participante o responsável pela gestão do empreendimento. A investigação utilizou questionário estruturado composto por nove blocos temáticos e vinte e nove questões, sendo vinte e quatro de natureza fechada e cinco abertas para justificativas e percepções complementares, aplicado em janeiro de 2026, com a finalidade de coletar dados sobre o uso das informações contábeis, percepção estratégica, consultoria contábil, crescimento, burocracias, contexto econômico local e responsabilidade social empresarial.

Diversos autores contribuíram para a construção teórica do estudo, oferecendo base para a compreensão histórica, normativa e estratégica da contabilidade no Brasil. Portari et al. (2023), Lobato e Paravidine (2023) e Mattes et al. (2018) abordam a evolução histórica e normativa da contabilidade; Sant’Ana (2019) discute sua modernização institucional; Silva e Mercial (2019) analisam a convergência normativa e tecnológica; Silva (2025), Fiek e Loose (2017), Aquino e Santos (2021), Oliveira et al. (2025) e Gouveia e Oloude (2023) discutem a importância, eficácia, dificuldades e impactos das informações contábeis nas micro e pequenas empresas, oferecendo subsídios para a análise crítica desenvolvida nesta pesquisa.

O estudo está organizado em cinco capítulos principais. No Capítulo 1 – Introdução são apresentados o tema, os objetivos, a justificativa e as questões norteadoras; no Capítulo 2 – Fundamentação Teórica, discute-se a evolução histórica da contabilidade, sua normatização no contexto brasileiro, a definição das micro e pequenas empresas e a importância das informações contábeis na gestão; o Capítulo 3 – Metodologia, descreve os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados; o Capítulo 4 – Resultados e Discussão, apresenta os achados da pesquisa de campo e sua análise à luz da literatura; e, por fim, a Conclusão sintetiza os resultados e apresenta as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade no Brasil tem raízes históricas profundas, formadas no contexto colonial, quando o país vivia sob intensa exploração econômica e dependência administrativa da Coroa Portuguesa. Desde o início do século XVI, o controle das riquezas naturais e a tributação sobre os produtos extraídos, como o pau-brasil e o ouro, exigiram práticas rudimentares de registro e fiscalização, o que deu origem às primeiras manifestações da contabilidade fiscal e patrimonial voltadas ao controle estatal das finanças da colônia, conforme analisam Portari et al. (2023).

A administração portuguesa, buscando garantir o rigor na arrecadação e o fluxo constante de tributos, instituiu em 1530 as primeiras alfândegas, que se tornaram pilares do sistema contábil colonial. Lobato e Paravidine (2023) explicam que essas instituições não apenas fiscalizavam as exportações e importações, mas também representavam uma inovação administrativa, introduzindo métodos de escrituração e controle de receitas públicas que fortaleceram a governança colonial e pavimentaram o caminho para o desenvolvimento da contabilidade brasileira.

A codificação das práticas fiscais foi consolidada com as Ordenações Filipinas, promulgadas no início do século XVII, que estabeleceram normas detalhadas sobre gestão e registro financeiro. Mattes et al. (2018) enfatizam que o Livro V dessas ordenações disciplinava as obrigações tributárias e contábeis, tornando-se um dos primeiros instrumentos legais a definir padrões de escrituração e transparência na administração pública colonial. Assim, a contabilidade começou a assumir caráter normativo e a ser reconhecida como ferramenta de controle e de legitimidade do poder político e econômico.

Paralelamente, a criação de cargos administrativos específicos, como o de Provedor-Mor, reforçou a importância da contabilidade na estrutura governamental. Sant'Ana (2019) observa que essa figura era responsável por auditar as contas públicas, supervisionar o recolhimento dos tributos e certificar-se da conformidade dos registros com as exigências da Coroa, o que evidencia o surgimento de uma cultura de prestação de contas e auditoria ainda embrionária. Essa função, embora limitada à fiscalização real, contribuiu para a formação de uma consciência administrativa sobre o papel do controle contábil.

Os instrumentos utilizados à época, como os Livros de Razão e os Livros de Contas, foram fundamentais para garantir a rastreabilidade das transações e o controle patrimonial. Segundo Silva e Mercial (2019), esses registros asseguravam que as autoridades portuguesas tivessem acesso detalhado às receitas provenientes da colônia e às despesas associadas à sua manutenção, tornando-se o embrião de um sistema contábil público e privado. Essa prática consolidou o hábito da escrituração e da documentação, marcando a transição do empirismo fiscal para uma contabilidade de registro sistemático.

A orientação fiscalista, entretanto, dominou as práticas contábeis durante grande parte do período colonial, refletindo a prioridade da metrópole em garantir a exploração econômica e o envio de recursos ao exterior. Lobato e Paravidine (2023) ressaltam que os registros contábeis serviam primordialmente aos interesses da Coroa, e não ao desenvolvimento interno, o que limitava a evolução técnica e o uso da contabilidade como ferramenta de gestão autônoma. Ainda assim, essa dependência estabeleceu as bases para uma posterior adaptação do modelo contábil europeu ao contexto brasileiro.

A chegada da Família Real Portuguesa em 1808 representou um divisor de águas na organização administrativa e financeira do Brasil, marcando o início de um período de institucionalização contábil. Portari et al. (2023) afirmam que a criação da Real Junta de Comércio e, posteriormente, do Banco do Brasil, introduziu práticas modernas de registro e controle, impulsionando a profissionalização da contabilidade e a adoção do método das partidas dobradas, o que consolidou a disciplina como instrumento de gestão econômica e de desenvolvimento estatal.

Esse processo de modernização evidenciou a passagem de uma contabilidade de natureza fiscal para uma contabilidade de caráter gerencial e normativo. Sant'Ana (2019) observa que o fortalecimento das instituições financeiras, aliado às mudanças administrativas do início do século XIX, promoveu o amadurecimento técnico e metodológico das práticas contábeis, consolidando os alicerces da contabilidade contemporânea brasileira. Lobato e Paravidine (2023) sintetizam que o percurso entre as alfândegas coloniais e a criação do Banco do Brasil representa a gênese de uma cultura contábil nacional, moldada por necessidades políticas, econômicas e sociais, que transformou a contabilidade em instrumento essencial da administração pública e privada.

2.1.1 A contabilidade no contexto brasileiro e sua normatização

A modernização da contabilidade no Brasil consolidou-se de forma mais expressiva a partir do século XX, período em que o país passou a integrar o sistema econômico global e a adotar mecanismos de padronização de suas práticas contábeis em consonância com o movimento internacional de transparência e controle financeiro. Sant'Ana (2019) observa que esse processo tem raízes no período imperial, quando surgiram as primeiras regulamentações formais da profissão e foram implementadas normas voltadas à uniformização das demonstrações financeiras, inaugurando uma fase em que a contabilidade passou a exercer papel estratégico na administração pública e privada.

A criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 1946 representou um divisor de águas para a profissão, pois conferiu estrutura normativa e legitimidade institucional às práticas contábeis no país. Conforme destacam Mattes et al. (2018), o CFC foi responsável por regulamentar o exercício profissional, promover a formação técnica e definir as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), estabelecendo padrões que fortaleceram a credibilidade das informações financeiras e garantiram maior confiabilidade na análise dos resultados empresariais.

A atuação do CFC, ao consolidar princípios de ética, transparência e uniformização técnica, transformou a contabilidade em um campo de conhecimento científico voltado à governança e à responsabilidade social. Essa transição rompeu com o caráter meramente burocrático das práticas contábeis e inaugurou uma visão de caráter interpretativo e estratégico, em que os registros deixaram de ser simples anotações financeiras para se tornarem instrumentos de decisão e de prestação de contas à sociedade, fortalecendo a relação entre o Estado, as empresas e os investidores.

Outro marco fundamental foi a promulgação da Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, que introduziu novos padrões de transparência e fiscalização para as empresas brasileiras, especialmente aquelas de capital aberto. De acordo com Sant'Ana (2019), essa legislação exigiu a elaboração de demonstrações financeiras mais completas, incorporando instrumentos como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e normas mais rígidas de auditoria e divulgação pública, o que elevou a qualidade da governança corporativa e consolidou a contabilidade como uma ferramenta indispensável à credibilidade dos negócios.

O avanço representado pela Lei das S/A evidenciou a contabilidade como um elo essencial entre a administração e o mercado, fortalecendo o princípio da responsabilidade corporativa e promovendo maior proteção aos investidores e acionistas. Esse novo paradigma consolidou a visão da contabilidade como uma linguagem universal dos negócios, ao mesmo tempo técnica e interpretativa, responsável por traduzir a realidade econômica das empresas em dados confiáveis e comparáveis que subsidiam políticas públicas e decisões empresariais de longo prazo.

Com a globalização econômica e a crescente integração dos mercados de capitais, tornou-se imprescindível aproximar o Brasil dos padrões contábeis internacionais, o que se concretizou com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005. Segundo Silva e Mercial (2019), o CPC foi responsável por harmonizar as Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), favorecendo a comparabilidade das demonstrações financeiras e facilitando o acesso das empresas brasileiras ao capital estrangeiro, além de fortalecer a transparência e a competitividade no cenário global.

A convergência efetiva às IFRS, formalizada pela Lei nº 11.638/07, representou uma mudança profunda na cultura contábil brasileira, transformando a contabilidade em um instrumento de governança e comunicação internacional. Portari et al. (2023) enfatizam que a adoção desse novo modelo elevou o nível de detalhamento e confiabilidade das informações contábeis, promovendo maior integração entre ética, técnica e estratégia na gestão das empresas, o que consolidou definitivamente a contabilidade como base da confiança econômica e da sustentabilidade institucional no país.

Entretanto, a implementação das IFRS trouxe desafios. Muitos profissionais da área contábil enfrentaram dificuldades para adaptar suas práticas às novas normas, principalmente devido à complexidade dos novos conceitos introduzidos. De acordo com Mattes et al. (2018), o processo de adaptação às IFRS demandou uma requalificação significativa dos profissionais, que tiveram de se familiarizar com termos e procedimentos contábeis pouco utilizados no Brasil até então. Além disso, as empresas precisaram ajustar seus sistemas de informação, adotando softwares mais avançados para processar e analisar dados financeiros, o que permitiu a elaboração de demonstrações de acordo com os novos padrões estabelecidos.

Outro aspecto central na modernização da contabilidade no Brasil foi a incorporação da tecnologia nos processos de escrituração contábil. A criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em 2007, marcou um avanço significativo nesse sentido. O SPED foi desenvolvido com o objetivo de unificar a escrituração fiscal e contábil, tornando os processos mais ágeis e eficientes. Como destacam Portari et al. (2023), o SPED possibilitou que as empresas enviassem suas demonstrações financeiras e fiscais de forma eletrônica, eliminando a necessidade de documentos físicos e reduzindo o tempo gasto na preparação e envio dessas informações.

Além disso, a modernização da contabilidade no Brasil está intimamente ligada ao fortalecimento da governança corporativa. A partir dos anos 1990, com a abertura econômica do país e a crescente internacionalização das empresas, a governança corporativa se tornou um tema prioritário para as companhias de capital aberto. De acordo com Sant'Ana (2019), a contabilidade desempenhou um papel crucial nesse contexto, fornecendo informações essenciais para decisões estratégicas e assegurando que as empresas cumprissem as exigências de transparência e regulamentação.

A adoção de boas práticas de governança foi fundamental para aumentar a confiança dos investidores e aprimorar o ambiente de negócios no Brasil, contribuindo significativamente para a modernização do mercado financeiro nacional. A introdução das IFRS, a criação do SPED e o fortalecimento de órgãos reguladores, como o CFC e a CVM, foram elementos-chave nesse avanço, garantindo que a contabilidade brasileira evoluísse e se consolidasse como uma ferramenta estratégica para o setor público e privado.

Portari et al. (2023) afirmam que o processo de modernização contábil brasileiro ultrapassou a mera harmonização normativa e assumiu dimensão institucional e tecnológica, expressa na articulação entre os órgãos reguladores e as demandas do mercado global. Essa estrutura integrada assegura não apenas padronização, mas também qualidade e confiabilidade nas informações prestadas à sociedade.

Em uma perspectiva abrangente, Sant'Ana (2019) sintetiza que a modernização da contabilidade no Brasil foi um processo histórico e multifacetado, no qual intervieram fatores legais, tecnológicos e culturais. A criação de instituições reguladoras, a adoção das IFRS e a implementação de sistemas digitais como o SPED elevaram o país ao patamar das melhores práticas internacionais, sem, contudo,

eliminar os desafios persistentes da capacitação profissional e da atualização constante frente às novas demandas do mercado global.

Nesse sentido, a contabilidade contemporânea brasileira se consolida não apenas como uma técnica de registro e controle financeiro, mas como uma linguagem estratégica de governança, transparência e responsabilidade institucional. Sua atuação ultrapassa os limites operacionais e assume papel de mediação entre as organizações, o Estado e o mercado, funcionando como instrumento de planejamento, avaliação e tomada de decisão que orienta o desenvolvimento econômico sustentável e socialmente responsável do país.

2.2 DEFINIÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas constituem um dos principais eixos de sustentação da economia brasileira, atuando de forma expressiva na geração de emprego, renda e dinamização dos mercados locais. Daher et al. (2012) ressaltam que essas organizações absorvem mais de 52% da população economicamente ativa e distribuem cerca de 39% da massa salarial, embora representem aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Essa proporção revela uma força social que ultrapassa sua participação direta na produção de riqueza, consolidando as MPEs como agentes de inclusão e mobilidade econômica.

A Constituição Federal de 1988, ao prever tratamento jurídico diferenciado a esse segmento, e a Lei Complementar nº 123/2006, ao regulamentar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, foram decisivas nesse processo. Essas normativas simplificaram obrigações tributárias e creditícias, promovendo a formalização e a integração dos pequenos empreendedores ao sistema econômico.

A definição e o enquadramento das MPEs no Brasil são determinados por parâmetros distintos, estabelecidos por diferentes instituições e contextos econômicos. Segundo Silva e Silveira (2024), a classificação dessas empresas envolve critérios quantitativos, como número de empregados e receita bruta anual, e qualitativos, como estrutura organizacional e perfil de gestão.

No país, considera-se microempresa aquela que fatura até R\$ 360 mil por ano e possui até 19 empregados, e empresa de pequeno porte aquela com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões e até 99 empregados na indústria. Essa diversidade

de critérios pode ser observada na Tabela 1, que apresenta o enquadramento das MPEs segundo diferentes órgãos reguladores, evidenciando a multiplicidade de parâmetros aplicados à caracterização dessas empresas.

Tabela 1 - Classificação quantitativa de Micro e Pequena Empresa		
ÓRGÃO	MICROEMPRESA	PEQUENA EMPRESA
Estatuto Geral da MPE	Até R\$ 360.000,00 (LC 139/2011)	Acima de R\$ 360.000,01 a R\$ 3.600.000,00 (LC 139/2011)
BNDES	Até R\$ 2,4 milhões (Carta Circular nº 11/10)	Entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 16 milhões (Carta Circular nº 11/10)
ANVISA	Até R\$ 360 mil (LC 139/2011)	Entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões (LC 139/2011)
CLASSIFICAÇÃO POR NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS		
Órgão	Microempresa	Pequena empresa
SEBRAE (Comércio e serviços)	De 0 a 9 funcionários	De 10 a 49 funcionários
SEBRAE (Indústria)	De 0 a 19 funcionários	De 20 a 99 funcionários
RAIS	De 0 a 19 funcionários	De 20 a 99 funcionários
CLASSIFICAÇÃO POR FATURAMENTO ANUAL E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS		
Órgão	Microempresa	Pequena empresa
MERCOSUL (Comércio e Serviços)	Até US\$ 200 mil / até 5 funcionários	Até US\$ 1,5 milhão / de 6 a 30 funcionários
MERCOSUL (Indústria)	Até US\$ 400 mil / até 10 funcionários	Até US\$ 3,5 milhões / de 11 a 40 funcionários
CLASSIFICAÇÃO POR NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E VALOR EXPORTADO NO PERÍODO CONSIDERADO		
Órgão	Microempresa	Pequena empresa
MDIC (Comércio e Serviços)	Até US\$ 200 mil / de 3 a 30 funcionários	Até US\$ 1,5 milhão / de 6 a 30 funcionários
MDIC (Indústria)	Até US\$ 400 mil / até 10 funcionários	Até US\$ 3,5 milhões / de 11 a 40 funcionários
Fonte: Silva e Silveira (2024)		

Observa-se, a partir da Tabela 1, que os critérios de classificação das micro e pequenas empresas no Brasil apresentam variações significativas entre os órgãos reguladores, refletindo tanto as finalidades estatísticas quanto as políticas de cada instituição. Enquanto o Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa e a ANVISA

adotam o limite de R\$ 360 mil de faturamento anual para microempresas, o BNDES amplia esse valor para até R\$ 2,4 milhões, o que demonstra diferentes perspectivas de enquadramento econômico.

No caso do SEBRAE, o parâmetro utilizado é o número de funcionários, considerando até 19 empregados na indústria e até 9 no comércio e serviços, enquanto o Mercosul combina simultaneamente faturamento e número de empregados. Essa heterogeneidade reforça a ausência de um padrão único de referência, mas também revela a tentativa de adaptar os critérios à diversidade produtiva e regional do país.

Essa diversidade de critérios reflete a pluralidade do cenário empresarial brasileiro e a tentativa de adequar as definições às realidades regionais e setoriais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o SEBRAE e o BNDES adotam variações que atendem às suas próprias finalidades analíticas e políticas. Esse conjunto de interpretações reforça a ausência de um padrão unificado de classificação, o que amplia o debate sobre a coerência metodológica e regulatória no país.

Em um contexto mais amplo, Gomes Júnior (2020) evidencia que as divergências na definição das MPEs não se restringem ao Brasil, mas se estendem ao nível regional, como demonstrado no âmbito do Mercosul. Desde 2011, a Comissão de Micro, Pequenas e Médias Empresas do bloco busca harmonizar os critérios de classificação, considerando o número de trabalhadores e o faturamento anual. No entanto, as diferenças estruturais e econômicas entre países como Brasil, Argentina e Paraguai dificultam a criação de uma padronização.

Mesmo assim, no território brasileiro, as MPEs continuam representando 99% dos estabelecimentos empresariais, responsáveis por cerca de 16,9 milhões de empregos e 44% da massa salarial nacional, segundo o Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios (2016). Esses números refletem a dimensão social do segmento e sua relevância no equilíbrio produtivo nacional. A multiplicidade de parâmetros, contudo, evidencia um desafio institucional persistente no campo das políticas públicas.

Esses dados revelam que a pluralidade de critérios, embora compreensível do ponto de vista econômico, representa um obstáculo para a formulação de políticas integradas e para a mensuração precisa do impacto das MPEs na economia. A inexistência de um modelo unificado provoca inconsistências nas estatísticas oficiais,

o que compromete a efetividade das ações governamentais de fomento e crédito. Esse cenário fragmentado também dificulta a articulação de políticas fiscais e trabalhistas coerentes com a realidade do setor.

Além disso, a sobreposição de classificações entre diferentes instituições gera insegurança jurídica e limita a capacidade de planejamento dos empreendedores. Assim, mais do que uma questão técnica, a padronização das definições representa uma necessidade estratégica para o fortalecimento do setor.

Costa e Leandro (2020) reforçam que as MPEs compartilham características organizacionais específicas que explicam sua relevância e suas limitações. São empresas de estrutura simples, dirigidas diretamente por seus proprietários, que concentram as decisões administrativas e financeiras. Essa centralização, ao mesmo tempo que garante agilidade, reduz a capacidade de gestão técnica e dificulta a adoção de práticas de controle contábil mais rigorosas.

A limitação de capital e de mão de obra especializada torna essas empresas vulneráveis às variações econômicas e aos altos custos de crédito. Entretanto, é essa flexibilidade que lhes confere resiliência, capacidade de adaptação e contribuição expressiva para o desenvolvimento local. A dualidade entre fragilidade estrutural e força social constitui o principal traço identitário das MPEs no contexto nacional.

2.2.1 A necessidade de informações contábeis nas micro e pequenas empresas

As informações contábeis constituem o alicerce da gestão organizacional nas micro e pequenas empresas, pois permitem o acompanhamento sistemático de receitas, despesas e investimentos. Segundo Silva (2025), a contabilidade fornece uma base concreta para o controle patrimonial e a manutenção da saúde financeira do empreendimento, especialmente em contextos de restrição de crédito e alta competitividade.

A ausência de informações contábeis atualizadas e organizadas pode comprometer a sobrevivência de pequenos negócios, tornando-os mais vulneráveis às flutuações do mercado. Fiek e Loose (2017) afirmam que o desconhecimento sobre os custos reais de produção e as margens de lucro leva muitos empreendedores a decisões equivocadas, culminando em endividamento e perda de sustentabilidade.

Além de servir como instrumento de controle, a contabilidade é essencial para o planejamento estratégico e para o cumprimento das obrigações fiscais e legais.

Aquino e Santos (2021) destacam que, nas MPEs, o uso sistemático da contabilidade auxilia na transparência e na construção de credibilidade perante bancos, fornecedores e órgãos públicos.

A análise dessas perspectivas demonstra que a contabilidade não se limita a um requisito burocrático, mas atua como elemento estruturante da gestão. O descompasso entre a coleta de dados contábeis e sua interpretação estratégica ainda é um desafio persistente, sobretudo entre gestores sem formação técnica, o que reforça a necessidade de capacitação contábil.

Oliveira et al. (2025) observam que a informatização contábil e o acesso a plataformas digitais de gestão têm ampliado a eficiência e reduzido erros operacionais nas MPEs. O avanço tecnológico, aliado à capacitação dos gestores, tem possibilitado maior controle de fluxo de caixa e acompanhamento em tempo real de indicadores financeiros. Essa transformação digital tem contribuído para a integração dos setores administrativos, tornando os processos internos mais ágeis e favorecendo a tomada de decisões estratégicas.

É complementado por Gouveia e Oloude (2023) que o uso de relatórios contábeis periódicos permite identificar gargalos produtivos e direcionar investimentos para áreas estratégicas. Dessa forma, as informações contábeis tornam-se ferramenta indispensável para o crescimento sustentável e a longevidade empresarial em ambientes competitivos. Além disso, esses relatórios favorecem o monitoramento contínuo do desempenho operacional, ampliando a transparência e fortalecendo o planejamento financeiro das micro e pequenas empresas.

2.2.2 A eficácia das informações contábeis na tomada de decisões

A contabilidade eficaz é o elo entre o diagnóstico financeiro e a formulação de decisões empresariais de curto e longo prazo. Silva et al. (2025) enfatizam que a análise de demonstrativos contábeis e indicadores de desempenho contribui para decisões mais racionais e fundamentadas, especialmente em empresas com estrutura gerencial limitada.

Para as MPEs, a eficácia das informações contábeis está relacionada à sua confiabilidade e tempestividade, pois dados desatualizados reduzem a capacidade de resposta a mudanças econômicas. Oliveira et al. (2025) argumentam que a qualidade das decisões financeiras depende da precisão dos relatórios e da competência

interpretativa do gestor, o que reforça a necessidade de apoio profissional contábil especializado.

Gouveia e Oloude (2023) destacam que, no contexto das micro e pequenas empresas, relatórios contábeis estruturados assumem papel estratégico, pois permitem ao gestor compreender os efeitos de cada decisão sobre a liquidez, a rentabilidade e a solvência organizacional. Essa leitura aprofundada das demonstrações financeiras possibilita a formulação de estratégias mais sólidas e prudentes, reduzindo incertezas, prevenindo desperdícios e reforçando a sustentabilidade das operações empresariais.

A eficácia da contabilidade não reside apenas na quantidade de dados disponíveis, mas na capacidade de interpretá-los à luz da realidade interna e das condições de mercado. As informações contábeis, quando compreendidas como linguagem estratégica, ultrapassam o caráter meramente técnico e tornam-se instrumentos de orientação gerencial, exigindo dos administradores uma postura analítica, reflexiva e dotada de visão sistêmica.

Aquino e Santos (2021) argumentam que o uso consciente e eficiente das informações contábeis constitui vantagem competitiva significativa, sobretudo em processos de negociação com fornecedores e instituições financeiras. A compreensão detalhada da estrutura de custos e do comportamento das receitas permite ao gestor agir com segurança, otimizar recursos e fortalecer a posição da empresa diante de oscilações econômicas e de pressões externas.

Nesse cenário, a contabilidade emerge não apenas como ferramenta de registro, mas como mecanismo de inteligência organizacional capaz de antecipar tendências e orientar escolhas estratégicas. O conhecimento financeiro e o domínio sobre as variáveis contábeis promovem maior autonomia decisória e consolidam a imagem da empresa como agente econômico confiável e preparado para competir.

Silva (2025) reforça que a eficácia das informações contábeis está intrinsecamente vinculada à ética profissional e ao rigor técnico daqueles que as produzem, pois somente a transparência garante decisões justas e sustentáveis. Ao agir com responsabilidade e precisão, o contador transforma os relatórios financeiros em instrumentos de governança, contribuindo para a consolidação de práticas empresariais baseadas na confiança e na perenidade institucional.

Sob essa perspectiva, percebe-se que a contabilidade, quando aplicada de modo estratégico, ultrapassa o papel operacional e se converte em pilar de

desenvolvimento socioeconômico para as micro e pequenas empresas brasileiras. Sua correta interpretação não apenas fortalece a gestão, mas também potencializa o crescimento local e o equilíbrio financeiro no contexto competitivo contemporâneo.

2.3 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES NO USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A utilização das informações contábeis nas micro e pequenas empresas enfrenta barreiras significativas que comprometem sua função estratégica dentro da gestão. Silva et al. (2025) observam que a falta de preparo técnico e o distanciamento entre o contador e o gestor limitam a capacidade de interpretar relatórios financeiros de forma eficaz, transformando a contabilidade em mero cumprimento fiscal em vez de instrumento de tomada de decisão e de planejamento organizacional.

A insuficiência de controles internos e a informalidade na escrituração contábil contribuem para a produção de dados imprecisos e de difícil aproveitamento. Fiek e Loose (2017) explicam que, quando as informações são registradas de modo fragmentado, os gestores perdem a visão global da empresa, tornando inviável o acompanhamento detalhado de receitas, despesas e margens de lucro, o que resulta em decisões instáveis e descompassadas com a realidade financeira.

Além dessas fragilidades operacionais, a sobrecarga de responsabilidades atribuída aos empreendedores compromete a análise crítica das demonstrações contábeis. Aquino e Santos (2021) destacam que, em muitos casos, o gestor concentra funções administrativas, financeiras e produtivas, o que reduz o tempo destinado ao planejamento contábil e gera uma gestão intuitiva, baseada em percepções empíricas em vez de dados concretos.

Essas limitações revelam um cenário em que o conhecimento contábil ainda é subvalorizado, e a informação, embora disponível, não é plenamente utilizada como ferramenta de gestão. O descompasso entre a coleta de dados e sua interpretação estratégica evidencia uma lacuna formativa que exige capacitação contínua, aproximando a prática contábil do cotidiano decisório das empresas.

Oliveira et al. (2025) enfatizam que a ausência de integração tecnológica agrava essas dificuldades, pois muitas micro e pequenas empresas ainda operam com sistemas manuais ou desatualizados, dificultando a análise tempestiva dos resultados. Essa carência tecnológica retarda o processo decisório e reduz a competitividade, impedindo que as organizações aproveitem o potencial informacional

dos registros contábeis para antecipar riscos e projetar cenários financeiros sustentáveis.

Gouveia e Oloude (2023) complementam que a falta de padronização na elaboração dos relatórios contábeis fragiliza a credibilidade dos dados e prejudica o acesso a crédito e investimentos. Quando as informações não refletem fielmente a realidade econômica, a empresa perde transparência diante de parceiros e instituições financeiras, comprometendo sua imagem e dificultando o estabelecimento de relações comerciais duradouras.

A compreensão desse conjunto de dificuldades demonstra que a limitação contábil não se restringe à técnica, mas envolve também fatores culturais e estruturais que atravessam o ambiente empresarial das MPEs. A superação desses entraves requer a valorização da contabilidade como eixo estratégico da gestão, capaz de transformar a informação em conhecimento e o conhecimento em decisão inteligente voltada à sustentabilidade do negócio.

2.3.1 Desafios das micro e pequenas empresas na utilização de informações contábeis

A aplicação das informações contábeis como apoio à gestão nas micro e pequenas empresas ainda enfrenta entraves que comprometem sua efetividade e dificultam o alcance de resultados consistentes. De acordo com Silva (2025), a escassez de profissionais especializados e a falta de cultura voltada à gestão contábil estratégica impedem que os dados financeiros sejam compreendidos em sua totalidade, o que reduz a eficiência administrativa e limita o uso dos relatórios como base para o planejamento organizacional.

A inexistência de um sistema de controle interno estruturado e a frágil relação entre o contador e o gestor agravam esse cenário, pois dificultam o diálogo e a compreensão dos demonstrativos financeiros. Fiek e Loose (2017) explicam que, na prática, muitos empresários restringem a contabilidade ao cumprimento de exigências fiscais, desconsiderando seu potencial analítico para apontar falhas operacionais, orientar investimentos e otimizar o desempenho produtivo e comercial da empresa.

Para além das dificuldades técnicas, a ausência de uma postura gerencial mais estratégica impede a utilização plena das informações contábeis na formulação de políticas de crescimento e na definição de metas. Aquino e Santos (2021) enfatizam

que, ao tomarem decisões baseadas apenas na experiência empírica, os administradores ignoram dados objetivos capazes de fundamentar escolhas seguras, comprometendo a sustentabilidade financeira e a competitividade organizacional.

Esse conjunto de fatores revela a distância que ainda separa a produção de conhecimento contábil de sua aplicação prática nos processos decisórios das empresas. A dificuldade em interpretar as demonstrações financeiras e traduzi-las em ações concretas evidencia a carência de formação técnica e reforça a importância de integrar o contador ao processo de gestão, transformando-o em parceiro estratégico e não em mero prestador de serviços.

Oliveira et al. (2025) observam que a falta de recursos tecnológicos também limita o aproveitamento das informações contábeis, uma vez que muitos negócios operam com ferramentas ultrapassadas e sistemas manuais. Essa ausência de automatização impede a análise contínua de indicadores e o controle em tempo real das operações, gerando respostas tardias às variações do mercado e ampliando a vulnerabilidade financeira das empresas.

Gouveia e Oloude (2023) complementam que o desconhecimento sobre o papel gerencial da contabilidade leva à subutilização de relatórios sobre custos, rentabilidade e produtividade. Tal postura reduz a capacidade de planejamento e enfraquece a posição competitiva, pois as decisões passam a depender de percepções subjetivas em vez de dados concretos, comprometendo a eficiência e o equilíbrio financeiro do empreendimento.

Dessa forma, os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no uso das informações contábeis refletem uma combinação de limitações técnicas, culturais e estruturais. A superação desses obstáculos exige uma mudança de paradigma na gestão, com foco na formação continuada e na valorização da contabilidade como instrumento de análise e inteligência administrativa capaz de sustentar o crescimento e garantir a permanência no mercado.

2.3.2 Consequências da má utilização de informações contábeis

A má utilização das informações contábeis nas micro e pequenas empresas provoca impactos diretos na sustentabilidade financeira e na continuidade das atividades econômicas. Silva (2025) explica que, quando os relatórios não são interpretados de maneira adequada, ocorre uma distorção na percepção dos

resultados, o que leva a decisões precipitadas sobre investimentos, preços e endividamentos que comprometem o equilíbrio patrimonial e a liquidez do negócio.

O desconhecimento sobre os custos reais de operação e sobre os índices de rentabilidade é um dos principais fatores que acentuam os riscos da má gestão contábil. Fiek e Loose (2017) destacam que a ausência de controle sobre o fluxo de caixa e sobre a margem de lucro faz com que os empreendedores adotem práticas financeiras desordenadas, acumulando passivos e reduzindo a capacidade de reinvestimento produtivo.

Além das implicações financeiras, a negligência com os registros contábeis compromete o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, expondo a empresa a penalidades legais. Aquino e Santos (2021) observam que, ao utilizar as informações contábeis apenas como formalidade, os gestores perdem a oportunidade de assegurar a conformidade regulatória e de fortalecer a imagem institucional perante órgãos públicos e parceiros comerciais.

Essas consequências ultrapassam o campo operacional e atingem a dimensão estratégica das micro e pequenas empresas. A falta de integração entre a contabilidade e o processo decisório resulta em perda de credibilidade, limita o acesso a crédito e inviabiliza parcerias comerciais, criando um ciclo de fragilidade econômica que reduz as perspectivas de crescimento e de competitividade no mercado.

Oliveira et al. (2025) salientam que a ausência de atualização tecnológica agrava essas consequências, pois impede o controle em tempo real das movimentações financeiras e o acompanhamento de indicadores de desempenho. A defasagem na coleta e análise de dados contábeis faz com que os gestores ajam de forma reativa, sem base concreta para decisões de médio e longo prazo, o que compromete a eficiência administrativa e reduz a lucratividade.

Além disso, Gouveia e Oloude (2023) complementam que a falta de confiabilidade das demonstrações contábeis também deteriora o relacionamento com investidores e fornecedores. Relatórios inconsistentes ou incompletos dificultam a negociação de prazos e limites de crédito, além de prejudicar a reputação empresarial, transformando um problema técnico em um obstáculo institucional de grandes proporções.

Dessa forma, compreende-se que a má utilização das informações contábeis representa não apenas uma falha operacional, mas uma ruptura no processo de gestão e de governança das micro e pequenas empresas. Somente por meio da

adoção de práticas contábeis éticas, atualizadas e estrategicamente orientadas será possível reverter esse cenário e consolidar uma cultura empresarial baseada na transparência, na eficiência e na sustentabilidade.

2.4 CONTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

A contabilidade exerce papel essencial na consolidação do desenvolvimento econômico local, pois atua como instrumento de regulação, controle e planejamento das atividades empresariais e públicas. De acordo com Silva e Crisóstomo (2019), a eficiência da gestão financeira, associada ao uso responsável dos recursos e à transparência das contas públicas, influencia diretamente a expansão socioeconômica dos municípios, fortalecendo políticas de emprego e investimento produtivo. Essa relação entre boa gestão contábil e crescimento regional revela o impacto social das práticas contábeis no equilíbrio das finanças locais.

O fortalecimento das micro e pequenas empresas (MPEs) depende de informações contábeis fidedignas e acessíveis, capazes de orientar o processo decisório e integrar a contabilidade ao planejamento estratégico local. Assumpção et al. (2021) ressaltam que, quando os gestores utilizam relatórios financeiros para identificar oportunidades e riscos, há maior eficiência no uso dos recursos, o que contribui para a geração de renda e para o aumento da competitividade das regiões. Assim, a contabilidade se consolida como um elo entre a atividade empresarial e a sustentabilidade econômica das comunidades.

A integração entre contabilidade pública e privada também se mostra determinante para o crescimento equilibrado dos territórios, já que ambos os setores compartilham o objetivo de alocar recursos de forma racional e transparente. Cursino (2025) aponta que os municípios que investem em sistemas de controle contábil apresentam maior capacidade de arrecadação e melhor distribuição orçamentária, o que reflete na qualidade dos serviços públicos e na atração de novos empreendimentos. Essa eficiência fiscal amplia a confiança social e estimula a formalização das atividades econômicas.

O conjunto dessas evidências reforça que a contabilidade transcende sua função técnica, tornando-se um mecanismo de desenvolvimento social e econômico. A coerência entre planejamento, execução e avaliação financeira é o que garante o

dinamismo dos municípios e o equilíbrio das finanças locais, especialmente em contextos de escassez de recursos e alta dependência de transferências intergovernamentais.

A atuação contábil voltada para a transparência e o controle social tem se mostrado decisiva na modernização das gestões municipais. Segundo Silva e Pires (2025), a contabilidade pública é um pilar estratégico para a governança democrática, uma vez que reduz a assimetria informacional entre gestores e cidadãos, fortalece a accountability e amplia a eficiência administrativa. Essa relação de confiança permite o acompanhamento popular das contas públicas e estimula práticas éticas e participativas na administração local.

Maciel et al. (2025) destacam que a análise contábil possibilita mensurar o desempenho regional a partir de indicadores de produtividade, investimento e geração de empregos, conectando a gestão financeira às metas de desenvolvimento sustentável. Quando aplicada de forma planejada, a contabilidade contribui para a expansão das capacidades produtivas e para a valorização do capital humano nas economias locais, o que fortalece o tecido social e estimula a inovação.

Esses elementos demonstram que a contabilidade é, antes de tudo, um instrumento de transformação estrutural, cuja função se estende da simples escrituração ao planejamento estratégico regional. A correta utilização das informações contábeis permite ao gestor público e privado agir com base em diagnósticos precisos, ampliando o potencial de crescimento e consolidando um modelo de desenvolvimento local fundamentado na responsabilidade e na transparência.

2.4.1 A contabilidade como instrumento de gestão e crescimento regional

A contabilidade, ao ser utilizada como ferramenta de gestão, assume papel decisivo no fortalecimento da economia regional e na construção de políticas públicas sustentáveis. Gomes et al. (2025) apontam que as informações contábeis fornecem aos gestores dados essenciais sobre arrecadação, despesas e investimentos, o que permite a tomada de decisões mais racionais e coerentes com as metas de desenvolvimento econômico local. Dessa forma, a contabilidade se consolida como o elo entre a eficiência administrativa e o equilíbrio fiscal.

O potencial transformador da contabilidade reside na sua capacidade de mensurar, interpretar e direcionar recursos de maneira estratégica, tornando a administração pública e privada mais transparente e produtiva. Silva e Crisóstomo (2019) destacam que, quando aplicada com rigor técnico e visão sistêmica, a contabilidade contribui diretamente para o aumento da produtividade e para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, fortalecendo o crescimento das economias locais. Essa atuação fortalece a confiança social e estimula o ciclo virtuoso de investimentos e geração de renda.

A utilização da contabilidade como instrumento de planejamento amplia também o controle sobre os recursos disponíveis e evita desperdícios que comprometem o desempenho institucional. Assumpção et al. (2021) afirmam que, ao adotar mecanismos de controle e avaliação baseados em relatórios contábeis, os municípios e empresas conseguem aprimorar a alocação orçamentária e reduzir ineficiências, promovendo maior competitividade e sustentabilidade econômica. Essa prática representa um avanço significativo em direção à governança responsável.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a contabilidade, mais do que um sistema de registros financeiros, é um componente estratégico do desenvolvimento regional. Ao integrar-se às políticas de crescimento e inovação, ela orienta a aplicação de recursos em áreas prioritárias, fortalece o planejamento participativo e potencializa o impacto social das ações públicas e empresariais. Essa sinergia torna a informação contábil elemento estruturante para a prosperidade local e o equilíbrio entre economia e sociedade.

Cursino (2025) acrescenta que a contabilidade pública tem papel fundamental na definição de prioridades econômicas regionais, pois os demonstrativos fiscais funcionam como mapas que orientam os investimentos e o controle de metas. Ao traduzir dados complexos em indicadores acessíveis, o contador auxilia gestores na construção de estratégias voltadas à geração de emprego, à expansão produtiva e à valorização do capital humano. Essa atuação reforça a ideia de que o desenvolvimento sustentável depende da articulação entre conhecimento técnico e responsabilidade social.

Silva e Pires (2025) explicam que a modernização das práticas contábeis e a adoção de tecnologias de análise de dados ampliam a eficiência na administração pública e privada. O uso de sistemas informatizados, aliado a relatórios precisos e tempestivos, permite monitorar em tempo real a evolução financeira dos municípios,

identificar gargalos e antecipar medidas corretivas. Essa digitalização contábil representa um marco na gestão contemporânea, promovendo transparência, inovação e controle social efetivo.

Dessa forma, é possível reconhecer que a contabilidade ultrapassa sua dimensão técnica e se transforma em instrumento de governança e prosperidade coletiva. Ao articular gestão, tecnologia e responsabilidade ética, ela sustenta a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na eficiência e na equidade, capaz de impulsionar as economias regionais e consolidar um ciclo duradouro de crescimento econômico e bem-estar social.

2.4.2 O impacto das micro e pequenas empresas no desenvolvimento regional

economias locais, impulsionando a geração de emprego, renda e inovação em escala territorial. Xavier e Bertaci (2018) demonstram que esses empreendimentos representam 99% das empresas formalizadas no país, respondendo por 52% dos empregos e cerca de 27% do PIB nacional, o que reforça sua relevância estrutural para o equilíbrio econômico e social das regiões brasileiras. Essa predominância evidencia a importância de políticas públicas que garantam sua sustentabilidade e integração às cadeias produtivas locais.

A força das MPEs está na sua capacidade de adaptação às realidades específicas de cada território e de absorção de mão de obra local, o que lhes confere papel estratégico em contextos de vulnerabilidade econômica. Tavares (2021) destaca que, durante períodos de retração econômica, esses empreendimentos têm sido responsáveis pela manutenção do nível de ocupação e pela recomposição da renda das famílias, especialmente em regiões periféricas. Essa função anticíclica contribui para a estabilidade social e estimula o crescimento endógeno, baseado no aproveitamento das potencialidades locais.

Além de gerarem impacto econômico direto, as MPEs atuam como mediadoras do desenvolvimento social e cultural das comunidades em que estão inseridas. Silveira (2012) observa que a consolidação de pequenos negócios em áreas interioranas fortalece a identidade regional, promove a valorização de saberes locais e favorece a permanência das populações em seus territórios. Essa dinâmica reduz fluxos migratórios e cria ambientes produtivos sustentáveis, ampliando a autonomia das economias regionais.

As políticas de incentivo, quando articuladas a programas de qualificação e acesso ao crédito, desempenham papel decisivo no fortalecimento das MPEs e na expansão das economias regionais. Neves et al. (2024) destacam que a ampliação do crédito produtivo e a oferta de capacitação gerencial têm contribuído para a formalização dos empreendedores e para a melhoria da gestão financeira dos pequenos negócios. Essa integração entre capital financeiro e conhecimento técnico amplia a competitividade regional e estimula o empreendedorismo inovador.

Os estudos de Valim e Monasterio (2023) indicam que o desenvolvimento regional está intimamente relacionado à complexidade produtiva, que é ampliada pela atuação das micro e pequenas empresas. À medida que as MPEs diversificam suas atividades e estimulam a criação de redes produtivas, há aumento do PIB per capita e da densidade tecnológica das regiões, o que potencializa o desenvolvimento sustentável e reduz disparidades socioeconômicas. Essa diversificação cria ambientes propícios à inovação e fortalece a autonomia econômica regional.

O impacto das MPEs ultrapassa os indicadores financeiros e abrange o fortalecimento do capital humano e social das comunidades. Tavares (2021) enfatiza que a proximidade entre gestores e empregados cria vínculos de cooperação e pertencimento, fundamentais para a coesão social e a continuidade dos negócios. Essa estrutura de confiança mútua sustenta o empreendedorismo local e contribui para o surgimento de novos arranjos produtivos de base comunitária.

Nesse contexto, a expansão das MPEs estimula também a descentralização econômica, promovendo o equilíbrio entre centros urbanos e áreas rurais. Xavier e Bertaci (2018) ressaltam que os pequenos empreendimentos funcionam como polos de desenvolvimento local, pois distribuem renda e fomentam cadeias produtivas complementares, reduzindo a dependência das metrópoles. Essa redistribuição espacial das atividades produtivas contribui para uma economia mais equilibrada e inclusiva.

A articulação entre os pequenos empreendedores e as instituições públicas e privadas potencializa ainda mais o desenvolvimento regional, pois cria redes de apoio que sustentam a inovação e a competitividade. Neves et al. (2024) afirmam que a cooperação entre empresas, universidades e agências de fomento tem fortalecido a cultura empreendedora e impulsionado práticas sustentáveis nas economias locais. Essa integração cria um ambiente favorável à modernização tecnológica e ao surgimento de soluções adaptadas às necessidades regionais.

Dessa forma, o papel das micro e pequenas empresas transcende sua contribuição econômica imediata e se manifesta como um vetor de transformação social e territorial. As MPEs são, simultaneamente, promotoras de inclusão produtiva, difusoras de inovação e guardiãs da identidade regional, consolidando um modelo de desenvolvimento que alia crescimento econômico, sustentabilidade e valorização das comunidades. Sua atuação revela que o verdadeiro progresso regional depende do fortalecimento das estruturas produtivas locais e da promoção de um empreendedorismo socialmente enraizado.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, classificada quanto aos objetivos como exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso único no município de Itaituba, no estado do Pará. A investigação teve como propósito analisar de que maneira as informações contábeis e as obrigações legais influenciam a gestão financeira, a tomada de decisões e o desempenho de uma micro e pequena empresa inserida no contexto econômico local.

A pesquisa de campo, conforme Teixeira (2011), permite a coleta de dados diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, possibilitando a observação e a compreensão das práticas em sua realidade concreta. Esse tipo de investigação é particularmente adequado quando se pretende examinar comportamentos, estratégias e percepções no contexto natural em que se manifestam, o que justifica sua aplicação no estudo da dinâmica empresarial da organização analisada.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois buscou compreender percepções, interpretações e significados atribuídos pelo gestor às informações contábeis utilizadas na condução do negócio. Segundo Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa qualitativa prioriza a análise interpretativa dos dados, valorizando a compreensão aprofundada dos fenômenos em detrimento da mensuração estatística, o que se mostra adequado quando o foco recai sobre processos decisórios e práticas gerenciais.

No que se refere aos objetivos, a investigação é exploratória, pois buscou proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, especialmente no contexto específico das micro e pequenas empresas do município de Itaituba. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória é indicada quando o tema ainda carece de análises aprofundadas ou quando se pretende ampliar o conhecimento sobre determinado fenômeno, permitindo maior compreensão de suas características e implicações.

A pesquisa também possui caráter descritivo, uma vez que procurou registrar, analisar e interpretar as práticas relacionadas ao uso das informações contábeis na empresa investigada. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade

principal descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis sem interferência do pesquisador, o que se aplica à análise das práticas contábeis e gerenciais observadas no caso estudado.

O delineamento adotado foi o estudo de caso único, concentrando a investigação em uma unidade específica, a empresa Agro Lopes. Conforme Yin (2015), o estudo de caso consiste na análise detalhada e aprofundada de uma unidade representativa, permitindo examinar suas particularidades, estrutura e funcionamento interno, o que se mostrou adequado para compreender de forma aprofundada a utilização das informações contábeis na gestão empresarial.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário estruturado junto ao empreendedor responsável pela empresa, contendo blocos temáticos referentes à utilização das informações contábeis, percepção estratégica, consultoria contábil, crescimento empresarial, burocracias e obrigações legais. Por se tratar de estudo de caso com informante-chave, a pesquisa contou com a participação de um único respondente, o proprietário e gestor do empreendimento, selecionado por exercer papel central nas decisões financeiras e administrativas da organização.

Os dados obtidos foram analisados à luz da literatura contábil e gerencial, buscando estabelecer diálogo entre as evidências empíricas e os referenciais teóricos selecionados, de modo a interpretar os resultados no contexto das micro e pequenas empresas brasileiras.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada na empresa Agrolopes Peças para Tratores & Implementos Agrícolas LTDA – EPP, sediada no município de Itaituba, estado do Pará. Fundada em 16 de setembro de 2020, a organização encontra-se com situação cadastral ativa e está localizada na Rua Doutor Hélio Francisco Cereser, bairro Jardim América, CEP 68182-516, sendo reconhecida no comércio local como Agro Lopes. Trata-se de empresa enquadrada como micro ou pequena empresa, conforme critérios de faturamento e estrutura organizacional previstos na legislação vigente, atuando no segmento varejista de peças e acessórios novos para tratores, máquinas e implementos agrícolas.

A Agrolopes Peças para Tratores & Implementos Agrícolas desenvolve suas atividades no contexto do agronegócio regional, fornecendo peças de reposição

destinadas à manutenção e ao funcionamento de equipamentos agrícolas utilizados por produtores locais. Além do atendimento presencial, a empresa mantém canais de comunicação digital, inclusive por meio de redes sociais, nos quais realiza divulgação de produtos, orçamentos e atendimento ao cliente, ampliando sua inserção no mercado e fortalecendo sua presença comercial no município.



Figura 2- Local de pesquisa- Agrolopes. Fonte: Arquivo pessoal (2026)

A escolha da empresa como campo empírico se justifica por sua representatividade no comércio local de insumos agrícolas e pela disponibilidade do gestor em participar voluntariamente da investigação. O delineamento metodológico adotado se caracteriza como estudo de caso único, concentrando-se exclusivamente nesta unidade empresarial, com a finalidade de analisar de forma aprofundada a utilização das informações contábeis, o cumprimento das obrigações legais e a percepção do gestor quanto à relevância da contabilidade para a tomada de decisões e para a organização interna da empresa.

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Por se tratar de estudo de caso com informante-chave, foi incluído na pesquisa o empreendedor que exerce diretamente a gestão administrativa e financeira da empresa, possuindo conhecimento sobre as práticas contábeis adotadas, obrigações fiscais cumpridas e decisões estratégicas do negócio.

O participante selecionado deveria atuar na administração cotidiana da empresa, assegurando consistência e confiabilidade às informações prestadas. Foram excluídos colaboradores sem poder decisório, funcionários operacionais, terceiros ou profissionais externos que não participassem diretamente do processo de gestão financeira. Essa delimitação metodológica garantiu que os dados coletados refletissem a perspectiva gerencial e estratégica da empresa analisada.

3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu no mês de janeiro de 2026, período em que a empresa se encontrava em plena atividade operacional. As informações foram obtidas junto ao empreendedor responsável pela gestão do negócio, que constituiu o único participante da pesquisa.

O instrumento de coleta utilizado foi um questionário estruturado (Apêndice 2), composto por 9 blocos temáticos e 29 questões, sendo 24 fechadas e 5 abertas, elaborado com base nos objetivos geral e específicos da pesquisa. As perguntas contemplaram temas relacionados ao perfil da empresa, utilização e importância das informações contábeis, consultoria contábil, crescimento empresarial, burocracias e obrigações fiscais, contexto econômico local, responsabilidade social empresarial e avaliação da relevância das informações contábeis.

A aplicação do instrumento ocorreu de forma individual, mediante consentimento do participante. As respostas foram registradas integralmente e posteriormente organizadas para sistematização e análise interpretativa, assegurando alinhamento com as questões norteadoras do estudo.

3.5 PROCEDIMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados seguiu abordagem qualitativa descritiva, fundamentada na interpretação das respostas fornecidas pelo empreendedor participante. Inicialmente, as informações foram organizadas conforme os blocos temáticos do instrumento de coleta, contemplando aspectos relacionados ao uso das informações contábeis, percepção estratégica, consultoria contábil, estagnação empresarial, burocracias e contexto econômico local.

Em seguida, realizou-se a descrição sistematizada das respostas, buscando identificar padrões de comportamento gerencial, níveis de compreensão contábil e possíveis relações entre o uso das informações contábeis e o desempenho empresarial. Posteriormente, os achados empíricos foram discutidos à luz da literatura especializada sobre contabilidade gerencial e micro e pequenas empresas.

O procedimento analítico consistiu na articulação entre os dados coletados e os referenciais teóricos, estabelecendo convergências e divergências interpretativas. Essa integração teórico-empírica permitiu contextualizar os resultados e reforçar a consistência metodológica do estudo.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo observou os princípios éticos previstos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), assegurando respeito à autonomia, à confidencialidade e à integridade do participante. Antes da aplicação do questionário, o empreendedor foi informado sobre os objetivos da pesquisa, seu caráter acadêmico e a forma de utilização dos dados coletados.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), foi apresentado e assinado pelo participante, garantindo sua concordância voluntária. Considerando tratar-se de estudo de caso único, adotou-se cuidado na preservação do anonimato institucional e profissional, evitando a divulgação de informações que pudessem comprometer a identificação direta do participante.

Os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, assegurando-se sigilo e confidencialidade das informações prestadas. O estudo manteve compromisso com os princípios de transparência, responsabilidade científica e proteção dos dados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir do estudo de caso realizado na empresa Agro Lopes, no município de Itaituba-PA. A análise aborda o perfil da empresa e sua inserção no contexto econômico local, o uso das informações contábeis na gestão e na tomada de decisão, o papel da consultoria contábil na dinâmica empresarial e, por fim, aspectos relacionados às burocracias, obrigações fiscais e responsabilidade social empresarial. Inicialmente, apresenta-se a caracterização do perfil da empresa e sua inserção no contexto econômico do município de Itaituba.

4.1 BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DA EMPRESA

O Bloco 1 do questionário é composto pelas perguntas 1.1, 1.2 e 1.3, destinadas à caracterização do perfil empresarial. As questões investigaram: (1.1) o tempo de atuação no mercado; (1.2) o número atual de funcionários; e (1.3) o faturamento médio mensal da empresa. Esse bloco teve a finalidade de contextualizar estruturalmente o empreendimento analisado, permitindo situar o estudo no universo das micro e pequenas empresas do município de Itaituba-PA.

Quadro 1 – Resultados do Bloco 1: Identificação e Perfil da Empresa

Pergunta	Evidência empírica
Tempo de atuação no mercado	5 a 10 anos
Número de funcionários	2 a 5 colaboradores
Faturamento médio mensal	R\$ 100.000 a R\$ 360.000

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A empresa investigada possui entre cinco e dez anos de atuação no mercado local, estrutura organizacional reduzida com dois a cinco colaboradores e faturamento mensal situado entre R\$ 100.000 e R\$ 360.000, características compatíveis com o porte de micro ou pequena empresa. A configuração estrutural observada revela organização de dimensão enxuta, com centralização decisória na figura do gestor, padrão recorrente em micro e pequenas empresas brasileiras descritas na literatura especializada.

A caracterização estrutural da empresa Agro Lopes revela configuração típica de micro e pequenas empresas brasileiras, com tempo de mercado entre cinco e dez

anos, estrutura organizacional enxuta e faturamento compatível com o porte empresarial. A presença de dois a cinco colaboradores indica centralização decisória na figura do gestor, aspecto recorrente nesse segmento e frequentemente associado à dependência direta da experiência do proprietário na condução estratégica do negócio.

A percepção do ambiente econômico de Itaituba como neutro, associada à identificação de fatores como instabilidade econômica, baixa qualificação da mão de obra, reduzido poder aquisitivo da população e dependência da atividade garimpeira, evidencia forte sensibilidade às condições estruturais locais. Essa realidade dialoga com Tavares (2018), que identificou em Santana do Ipanema, Alagoas, predominância de microempresas com estrutura simplificada e elevada dependência do contexto econômico regional.

Aquino e Santos (2021) também verificaram, em empresas do setor de moda masculina em Pernambuco, que 86,66% das organizações analisadas eram microempresas com até nove funcionários, confirmando a predominância de estruturas organizacionais reduzidas e vulneráveis às oscilações econômicas. A convergência entre esses estudos e o caso analisado reforça que o perfil estrutural observado não constitui exceção, mas padrão recorrente no cenário das micro e pequenas empresas brasileiras.

Assim, o contexto estrutural identificado constitui elemento explicativo relevante para compreender o modo como as práticas de gestão e o uso das informações contábeis se desenvolvem no empreendimento analisado, pois empresas com equipes reduzidas e elevada exposição a fatores econômicos locais tendem a demandar instrumentos de controle que reduzam incertezas e orientem decisões estratégicas.

4.2 BLOCO 2- UTILIZAÇÃO ATUAL DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Bloco 2 é composto pelas perguntas 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, cujo objetivo foi identificar a utilização atual das informações contábeis na rotina empresarial. As questões abordaram: (2.1) a existência de contador ou escritório de contabilidade; (2.2) o tempo de utilização dos serviços contábeis; (2.3) o principal motivo da contratação dos serviços; e (2.4) os relatórios ou informações contábeis atualmente

recebidos. Esse bloco permitiu avaliar o grau de inserção da contabilidade na dinâmica administrativa da empresa.

Quadro 2 – Resultados do Bloco 2: Utilização Atual de Informações Contábeis

Pergunta	Evidência empírica
Possui contador	Sim
Tempo de utilização	Mais de 3 anos
Principal motivo da contratação	Planejamento tributário
Relatórios recebidos	Balanço Patrimonial; Relatórios tributários; Guias de impostos

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A manutenção de vínculo com serviços contábeis há mais de três anos indica relação estável entre empresa e profissional contábil, tendo o planejamento tributário sido apontado como principal motivação para a contratação. Embora essa motivação revele centralidade fiscal, observa-se que o gestor declara utilizar as informações contábeis sempre no processo decisório, compreendendo totalmente os relatórios recebidos e atribuindo nota máxima à importância da contabilidade para o sucesso empresarial.

Araújo (2025) destaca que empresas que mantêm interação frequente com seus contadores tendem a apresentar maior organização financeira e maior utilização de relatórios contábeis no planejamento e controle administrativo, sobretudo quando documentos como o balanço patrimonial são incorporados à análise do desempenho econômico. No caso analisado, a presença desse relatório e sua utilização contínua indicam nível de integração superior ao observado em muitos contextos descritos na literatura.

Freitas Júnior e Leitão (2023), ao investigarem gestores em Poção, Pernambuco, identificaram que o acesso a relatórios financeiros fortalece o planejamento empresarial quando o contador ultrapassa a função meramente fiscal. No estudo de caso em questão, embora a motivação inicial esteja centrada no planejamento tributário, a frequência de uso declarada e o nível de compreensão evidenciam que a informação contábil está incorporada à rotina gerencial.

Entretanto, Aquino e Santos (2021) e Tavares (2018) apontam que, em diversos contextos, a contabilidade permanece restrita ao cumprimento de obrigações fiscais. A diferença observada na empresa Agro Lopes reside no fato de o gestor

demonstrar domínio das informações recebidas e reconhecê-las como diferencial competitivo, o que sugere maior maturidade na utilização dos instrumentos contábeis.

Silva Filho et al. (2025) identificaram predominância de decisões baseadas na experiência pessoal dos gestores e dificuldades na interpretação de dados contábeis em microempreendimentos individuais da Paraíba. O contraste com o caso investigado evidencia que, embora a contabilidade ainda possua forte dimensão fiscal, há indícios de integração efetiva entre informação contábil e prática decisória.

4.3 BLOCO 3- PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Bloco 3 reúne as perguntas 3.1, 3.2 e 3.3, direcionadas à análise da percepção do gestor quanto à importância estratégica da informação contábil. As questões investigaram: (3.1) a frequência de utilização das informações contábeis na tomada de decisões; (3.2) a percepção sobre a informação contábil como diferencial competitivo, incluindo justificativa; e (3.3) o nível de compreensão das informações recebidas. Esse bloco possibilitou compreender a dimensão subjetiva e estratégica atribuída à contabilidade.

Quadro 3 – Resultados do Bloco 3: Percepção sobre as Informações Contábeis

Pergunta	Evidência empírica
Utiliza para decisões	Sempre
Considera diferencial competitivo	Sim, totalmente
Nível de compreensão	Compreende totalmente
Justificativa	Auxilia na parte burocrática e operacional

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O gestor demonstra elevada valorização da contabilidade como instrumento de apoio decisório, reconhecendo sua utilidade tanto na dimensão administrativa quanto operacional. Apesar da utilização frequente das informações contábeis, a consultoria gerencial ocorre de forma ocasional e permanece concentrada no planejamento tributário, redução de custos e precificação. Essa limitação revela que a dimensão estratégica da contabilidade ainda não se encontra plenamente explorada no empreendimento analisado.

Alves (2018), ao estudar micro e pequenos empresários em João Pessoa, constatou que a atuação do contador permanece fortemente associada ao

cumprimento de obrigações fiscais, especialmente emissão de guias e atendimento às exigências legais. A convergência com o caso investigado evidencia que, embora haja reconhecimento da importância da contabilidade, sua atuação consultiva permanece predominantemente operacional.

Aquino e Santos (2021) identificaram que 80% dos gestores reconhecem o potencial da contabilidade para auxiliar decisões, porém apenas 33,33% utilizam efetivamente essas informações no processo decisório. No caso analisado, há uso frequente declarado, mas o foco da consultoria desejada ainda se concentra no planejamento tributário, o que sugere percepção estratégica parcialmente desenvolvida.

Freitas Júnior e Leitão (2023) reforçam que a aplicação da contabilidade para planejamento organizacional ainda é limitada em muitos contextos empresariais. O crescimento significativo relatado pela empresa nos últimos dois anos não foi diretamente associado pelo gestor à utilização estruturada das informações contábeis, indicando ausência de reflexão estratégica explícita sobre a relação entre contabilidade e desempenho.

4.4 BLOCO 4- CONSULTORIA CONTÁBIL E TIPOS DE SERVIÇOS

O Bloco 4 é composto pelas perguntas 4.1, 4.2 e 4.3, voltadas à investigação da atuação consultiva do contador. As questões abordaram: (4.1) a existência de consultoria além dos serviços básicos; (4.2) os tipos de consultoria desejados; e (4.3) os resultados superiores esperados de um contador qualificado. Esse bloco buscou identificar o grau de aprofundamento da relação contábil para além das obrigações fiscais.

Quadro 4 – Resultados do Bloco 4: Consultoria Contábil

Pergunta	Evidência empírica
Consultoria oferecida	Ocasional
Consultoria desejada	Planejamento tributário
Resultados esperados	Redução de carga tributária; diminuição de custos; apoio na precificação

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A percepção de nível de burocracia muito elevado revela reconhecimento das exigências regulatórias como elemento estruturante do ambiente empresarial. Embora

o gestor declare compreender totalmente as obrigações fiscais, a ocorrência de atuação demonstra que o ambiente regulatório impõe desafios constantes.

Alves (2018) verificou que a relação entre empresários e contadores é predominantemente orientada ao cumprimento de exigências legais, cenário que converge com a realidade observada. Aquino e Santos (2021) igualmente destacam que a contabilidade é frequentemente utilizada para atendimento às obrigações fiscais e trabalhistas, evidenciando influência direta do ambiente institucional na forma de utilização das informações contábeis.

Freitas Júnior e Leitão (2023) observaram que, embora haja reconhecimento da importância da contabilidade para planejamento e controle, a centralidade das exigências legais permanece predominante. No caso investigado, a carga tributária não é percebida como obstáculo ao crescimento, porém a burocracia é reconhecida como elemento de complexidade administrativa.

4.5 BLOCO 5- CRESCIMENTO, ESTAGNAÇÃO E RESULTADOS

O Bloco 5 contempla as perguntas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4, direcionadas à análise do desempenho empresarial. As questões investigaram: (5.1) o crescimento nos últimos dois anos; (5.2) possíveis causas de estagnação ou queda; (5.3) a percepção sobre o uso de informações contábeis como fator de prevenção de problemas; e (5.4) o conhecimento de outras empresas que utilizam a contabilidade de forma estratégica. Esse bloco relaciona contabilidade e desempenho organizacional. A seguir, apresenta-se o Quadro 5, no qual estão sistematizados os resultados referentes ao crescimento empresarial e à percepção sobre o papel da contabilidade no desenvolvimento organizacional.

Quadro 5 – Resultados do Bloco 5: Crescimento Empresarial

Pergunta	Evidência empírica
Crescimento nos últimos 2 anos	Crescimento significativo
Uso da contabilidade evita estagnação	Não soube avaliar
Conhece empresas estratégicas	Não conhece

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Apesar do crescimento recente, não há clareza quanto à relação direta entre uso estruturado da contabilidade e prevenção de estagnação. A ausência de ações estruturadas de responsabilidade social, acompanhada de intenção futura de

implementação e compreensão parcial das obrigações sociais, indica que essa dimensão ainda não integra de forma consolidada a estratégia empresarial.

Neves, Cruz e Locatelli (2024) demonstram que a sustentabilidade das micro e pequenas empresas depende de fatores estruturais que ultrapassam indicadores financeiros, incluindo dimensões sociais e institucionais. A situação observada sugere que a empresa ainda opera com foco predominantemente econômico, não tendo incorporado plenamente a responsabilidade social como elemento estratégico.

4.6 BLOCO 6- BUROCRACIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Bloco 6 é composto pelas perguntas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4, relacionadas às exigências institucionais e regulatórias. As questões investigaram: (6.1) o nível de burocracia percebido; (6.2) o grau de compreensão das obrigações fiscais; (6.3) a ocorrência de autuações ou multas; e (6.4) o impacto da carga tributária sobre o crescimento empresarial. Esse bloco permitiu analisar o ambiente regulatório enfrentado pelo empreendimento. Na sequência, apresenta-se o Quadro 6, no qual estão organizadas as evidências empíricas referentes às burocracias institucionais e às obrigações fiscais que compõem o contexto normativo da empresa investigada.

Quadro 6 – Resultados do Bloco 6: Burocracias e Obrigações Fiscais

Pergunta	Evidência empírica
Nível de burocracia	Muito elevado
Compreensão das obrigações	Total
Autuação	Sim – licenciamento vencido
Impacto da carga tributária	Não dificulta

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A percepção de nível de burocracia muito elevado evidencia que o ambiente regulatório constitui elemento estruturante da dinâmica administrativa da empresa investigada. Embora o gestor declare compreender totalmente as obrigações fiscais, a ocorrência de autuação relacionada ao vencimento do licenciamento do Corpo de Bombeiros demonstra que o cumprimento das exigências legais demanda acompanhamento constante, revelando a complexidade do sistema normativo brasileiro aplicado às micro e pequenas empresas.

Alves (2018) identificou que, em micro e pequenos empreendimentos, a contabilidade permanece fortemente associada ao atendimento de obrigações fiscais

e tributárias, reforçando a centralidade do cumprimento legal na relação entre empresário e contador. No caso analisado, essa realidade se confirma parcialmente, pois, embora haja domínio das obrigações, a elevada percepção de burocracia revela que o ambiente institucional impõe pressões contínuas sobre a gestão.

Aquino e Santos (2021) observaram que o ambiente regulatório influencia diretamente a forma como as informações contábeis são utilizadas, frequentemente restringindo sua aplicação ao cumprimento de exigências fiscais e trabalhistas. A convergência com o presente estudo evidencia que, mesmo quando há compreensão técnica das obrigações, a estrutura normativa tende a direcionar a atuação contábil para a dimensão legal, reduzindo espaço para exploração estratégica mais ampla.

Freitas Júnior e Leitão (2023) reforçam que, em muitos contextos empresariais, a burocracia fiscal ocupa posição central na rotina organizacional, exigindo do gestor constante atenção às exigências legais. No caso da empresa Agro Lopes, embora a carga tributária não seja percebida como obstáculo ao crescimento, a complexidade burocrática é reconhecida como fator que influencia o funcionamento administrativo, confirmando a relevância do ambiente institucional na configuração da prática empresarial.

4.7 BLOCO 7- CONTEXTO ECONÔMICO LOCAL

O Bloco 7 reúne as perguntas 7.1, 7.2 e 7.3, destinadas à avaliação do ambiente econômico de Itaituba-PA. As questões investigaram: (7.1) a percepção geral do ambiente de negócios; (7.2) os principais aspectos positivos do comércio local; e (7.3) os principais aspectos negativos identificados pelo gestor. Esse bloco situou a empresa no cenário econômico regional. A seguir, apresenta-se o Quadro 7, no qual estão sistematizados os resultados referentes ao contexto econômico local e às condições estruturais que influenciam a dinâmica empresarial do empreendimento investigado.

Quadro 7 – Resultados do Bloco 7: Contexto Econômico de Itaituba

Pergunta	Evidência empírica
Avaliação do ambiente	Neutro
Aspectos positivos	Não identifica
Aspectos negativos	Economia instável; falta de mão de obra; baixo poder aquisitivo; dependência de mineiros

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A avaliação neutra do ambiente de negócios em Itaituba, acompanhada da ausência de identificação de aspectos positivos e da ênfase em fatores negativos como economia instável, falta de mão de obra qualificada, baixo poder aquisitivo e dependência da atividade garimpeira, revela percepção crítica acerca da estrutura econômica local. Essa leitura evidencia sensibilidade do gestor às oscilações regionais e à influência de setores específicos sobre o comércio.

Tavares (2018) demonstrou que microempresas inseridas em economias locais dependentes de atividades específicas tendem a apresentar maior vulnerabilidade às flutuações econômicas, o que impacta diretamente a estabilidade empresarial. A dependência da atividade garimpeira mencionada pelo gestor dialoga com essa perspectiva, pois setores econômicos concentrados geram ciclos de expansão e retração que influenciam o comércio local.

Aquino e Santos (2021) também identificaram que microempresas apresentam elevada sensibilidade às condições econômicas regionais, sobretudo quando inseridas em mercados com baixo poder aquisitivo e estrutura produtiva limitada. A convergência com o presente estudo evidencia que o contexto econômico não constitui elemento periférico, mas componente central na compreensão das estratégias adotadas pelo empreendimento.

A neutralidade na avaliação do ambiente pode ser interpretada como postura pragmática diante das condições estruturais existentes, reconhecendo limitações sem atribuir exclusivamente ao contexto externo a responsabilidade pelo desempenho empresarial. Tal posicionamento reforça a importância da gestão interna e da utilização de instrumentos de controle, como as informações contábeis, para mitigar riscos decorrentes das instabilidades econômicas regionais.

4.8 BLOCO 8- RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O Bloco 8 é composto pelas perguntas 8.1 e 8.2, voltadas à dimensão social da empresa. As questões investigaram: (8.1) a existência de ações de responsabilidade social; e (8.2) o nível de compreensão das obrigações sociais trabalhistas, ambientais e comunitárias. Esse bloco permitiu avaliar o compromisso institucional para além do aspecto financeiro. Na sequência, apresenta-se o Quadro 8, no qual estão organizadas as evidências empíricas referentes à responsabilidade

social empresarial e à posição atual do empreendimento diante dessa dimensão institucional.

Quadro 8 – Resultados do Bloco 8: Responsabilidade Social

Pergunta	Evidência empírica
Desenvolve ações sociais	Não, mas pretende
Compreensão das obrigações sociais	Parcial

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A ausência de ações estruturadas de responsabilidade social, aliada à intenção futura de implementação e à compreensão parcial das obrigações sociais, indica que essa dimensão ainda não se encontra plenamente incorporada à estratégia organizacional da empresa investigada. O foco predominante permanece direcionado às exigências fiscais e à manutenção operacional do negócio.

Neves, Cruz e Locatelli (2024) argumentam que a sustentabilidade das micro e pequenas empresas depende de fatores que extrapolam indicadores financeiros, incluindo dimensões sociais, institucionais e educacionais. A situação observada no caso analisado evidencia que, embora exista reconhecimento das obrigações sociais, essa dimensão ainda não integra de forma sistemática o planejamento estratégico do empreendimento.

A literatura sobre micro e pequenas empresas frequentemente aponta que a responsabilidade social tende a ser incorporada gradualmente, sobretudo quando a organização atinge maior estabilidade financeira e estrutural. No caso em questão, o crescimento recente pode representar oportunidade futura para ampliação das práticas sociais, consolidando visão empresarial mais abrangente.

Assim, a responsabilidade social aparece como dimensão em processo de amadurecimento, ainda não consolidada, mas reconhecida como componente relevante do ambiente regulatório e institucional no qual a empresa está inserida.

4.9 BLOCO 9- AVALIAÇÃO FINAL

O Bloco 9 reúne as perguntas 9.1 e 9.2, destinadas à avaliação conclusiva do gestor. As questões investigaram: (9.1) a atribuição de nota à importância das informações contábeis; e (9.2) a percepção sobre o principal benefício de práticas contábeis mais estruturadas. Esse bloco sintetiza a visão estratégica final do

participante. A seguir, apresenta-se o Quadro 9, no qual estão sistematizados os resultados finais referentes à avaliação atribuída às informações contábeis e às melhorias implementadas na dinâmica organizacional do empreendimento.

Quadro 9 – Resultados do Bloco 9: Avaliação Final

Pergunta	Evidência empírica
Importância das informações contábeis	Nota 10
Principal benefício de práticas estruturadas	Já implantadas após reuniões e capacitação

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A atribuição de nota máxima à importância das informações contábeis revela reconhecimento explícito de seu valor estratégico para o sucesso empresarial. O gestor indica que já implantou práticas estruturadas após reuniões com o contador e realização de capacitações, demonstrando postura ativa na busca por aprimoramento técnico e administrativo.

Araújo (2025) ressalta que a internalização da informação contábil como instrumento estratégico depende não apenas da oferta de relatórios, mas da disposição do gestor em interpretá-los e aplicá-los na tomada de decisão. No caso analisado, a iniciativa de capacitação indica avanço em direção à utilização consciente da contabilidade como ferramenta gerencial.

Freitas Júnior e Leitão (2023) destacam que a consolidação de práticas contábeis estruturadas contribui para maior previsibilidade financeira e redução de riscos administrativos. A declaração do gestor de que já implementou práticas organizadas reforça indício de maturidade administrativa superior à observada em muitos contextos descritos na literatura.

Entretanto, a coexistência entre reconhecimento elevado da importância da contabilidade e manutenção de consultoria predominantemente fiscal indica que ainda há espaço para aprofundamento da dimensão estratégica da atuação contábil. O caso analisado revela avanço significativo na valorização da informação contábil, mas também evidencia possibilidades de ampliação de seu uso como instrumento de planejamento, análise de desempenho e fortalecimento competitivo.

4.5 PRÁTICA SUGERIDA PARA APRIMORAMENTO

A partir dos resultados obtidos no estudo de caso, torna-se possível identificar algumas práticas que podem contribuir para o aprimoramento da utilização das informações contábeis na gestão da empresa investigada. Embora a organização demonstre bom nível de compreensão dos relatórios contábeis e utilize essas informações no acompanhamento financeiro e nas decisões operacionais do negócio, observou-se que o potencial estratégico da contabilidade ainda pode ser ampliado por meio da adoção de práticas gerenciais mais sistemáticas e do fortalecimento da interação entre o gestor e o profissional contábil.

Nesse sentido, recomenda-se a ampliação da consultoria contábil com enfoque gerencial, por meio da realização de reuniões periódicas entre contador e gestor, destinadas à análise do desempenho financeiro da empresa, à interpretação dos relatórios contábeis e ao planejamento de decisões estratégicas. Além disso, a adoção mais sistemática de instrumentos gerenciais, como controle estruturado de fluxo de caixa, análise de custos, acompanhamento de margens de lucro e avaliação da rentabilidade das operações, pode contribuir para tornar o processo decisório mais fundamentado em informações econômicas e financeiras.

Outra prática relevante se refere ao fortalecimento do acompanhamento das obrigações institucionais e regulatórias, considerando o elevado nível de burocracia identificado no ambiente empresarial. A organização de um controle sistemático de prazos e exigências legais, incluindo licenças e autorizações administrativas, pode contribuir para reduzir riscos de autuações e garantir maior segurança jurídica às atividades da empresa.

Por fim, recomenda-se a implementação gradual de ações relacionadas à responsabilidade social empresarial, incorporando práticas voltadas à valorização dos colaboradores, à atenção às demandas da comunidade local e à adoção de iniciativas ambientalmente responsáveis. A incorporação dessas práticas pode fortalecer a imagem institucional da empresa e contribuir para a construção de relações mais sustentáveis com o ambiente econômico e social no qual o empreendimento está inserido.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a eficácia das informações contábeis no processo de gestão e tomada de decisão em micro e pequenas empresas, a partir de um estudo de caso realizado na empresa Agro Lopes, localizada no município de Itaituba, no estado do Pará. A investigação buscou compreender de que maneira a contabilidade é utilizada na dinâmica administrativa da organização, bem como examinar o papel da consultoria contábil e os efeitos das obrigações fiscais, das exigências institucionais e dos aspectos relacionados à responsabilidade social no funcionamento do empreendimento. A análise dos resultados permitiu responder às questões propostas, evidenciando como os instrumentos contábeis são incorporados às práticas de gestão e à condução das atividades administrativas da empresa investigada.

No que se refere ao uso das informações contábeis na gestão e na tomada de decisão, os resultados evidenciaram que a empresa investigada mantém relação estruturada com serviços contábeis e demonstra elevado nível de compreensão das informações fornecidas pelo contador. Verificou-se que relatórios contábeis e documentos fiscais são utilizados de forma recorrente no acompanhamento da situação financeira e no suporte a decisões operacionais do negócio. Dessa forma, constatou-se que as informações contábeis exercem papel relevante na organização administrativa, no controle financeiro e no apoio às decisões gerenciais da empresa.

Em relação à consultoria contábil e ao seu potencial estratégico na dinâmica organizacional, os resultados indicaram que, embora o gestor reconheça a importância da atuação do contador, a consultoria ocorre de forma ocasional e permanece predominantemente direcionada a aspectos tributários e operacionais. Os principais benefícios percebidos estão associados à redução da carga tributária, à diminuição de custos e ao apoio na definição de preços de venda, enquanto outras possibilidades de atuação estratégica, como planejamento financeiro e análise de investimentos, ainda não são plenamente exploradas. Dessa forma, verificou-se que a contabilidade apresenta potencial relevante para ampliar sua contribuição estratégica na gestão da empresa.

No que diz respeito às burocracias institucionais e às obrigações fiscais, os resultados indicaram que o gestor percebe o ambiente regulatório como caracterizado por elevado nível de exigência burocrática, embora demonstre conhecimento das

obrigações legais necessárias para a manutenção da regularidade empresarial. A ocorrência de autuação administrativa relacionada ao vencimento de licenciamento evidencia que a multiplicidade de exigências institucionais pode gerar vulnerabilidades administrativas, exigindo acompanhamento constante das obrigações regulatórias. Além disso, verificou-se que a empresa ainda não desenvolve ações estruturadas de responsabilidade social empresarial, embora haja reconhecimento de sua importância e intenção futura de implementação.

De maneira geral, os resultados do estudo indicam que as informações contábeis apresentam papel relevante no apoio à gestão empresarial, especialmente quando são compreendidas pelos gestores e utilizadas como instrumento de acompanhamento financeiro e organizacional. Entretanto, também se observou que a atuação contábil ainda se encontra parcialmente concentrada em funções fiscais e operacionais, evidenciando a existência de oportunidades para ampliar o uso estratégico das informações contábeis no planejamento e no desenvolvimento das atividades empresariais.

Dessa forma, conclui-se que a eficácia das informações contábeis na empresa analisada se manifesta de maneira significativa no suporte às atividades administrativas e no processo de tomada de decisão, embora seu potencial estratégico ainda possa ser ampliado por meio do fortalecimento da consultoria contábil e da incorporação mais sistemática de instrumentos gerenciais no cotidiano da organização. A análise realizada evidencia a importância da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas, contribuindo para a organização administrativa, para o controle financeiro e para a condução mais estruturada das decisões empresariais.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos refletem a realidade específica do caso investigado, não sendo possível generalizar as conclusões para todos os contextos empresariais. Ainda assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre o papel das informações contábeis na gestão das micro e pequenas empresas e evidencia a relevância da atuação contábil como elemento de suporte ao desenvolvimento e à sustentabilidade desse segmento empresarial. Ademais, sugere-se que pesquisas futuras possam ampliar a análise por meio da investigação de múltiplos casos ou da aplicação de estudos comparativos em diferentes contextos regionais, possibilitando aprofundar a compreensão sobre a utilização estratégica das informações contábeis nas micro e pequenas empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leir da Silva. **Análise da percepção de microempresários e empresários de pequeno porte de João Pessoa sobre a importância da contabilidade**. João Pessoa, 2018. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), 2018.
- AQUINO, Gabriel Félix Santos de; SANTOS, Pettersson Steffanno Nascimento dos. **A importância da contabilidade para micro e pequenas empresas**. 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife, 2022.
- ARAÚJO, Maria Yasmin Bezerra de Mendonça. **Planejamento estratégico para microempresas de óticas: ferramentas para o crescimento, competitividade e boa execução**. Natal, 2025. 53 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Contábeis, Natal, 2025.
- ASSUMPÇÃO, Douglas Junio Fernandes; PIANCHÃO, Marcela Maria de Souza; PINHEIRO, Mário Jorge Santos; BARRETO, Ellen Claudine Castro Paes; OLIVEIRA, Ediemerson Melo de. Gestão da contabilidade gerencial: um estudo de caso em uma empresa comercial no município de Ananindeua no Pará. **Revista Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**, v. 2, n. 2, 2021.
- COSTA, Aline Pereira Neves da; LEANDRO, Luiz Alberto de Lima. O atual cenário das micro e pequenas empresas no Brasil. In: **Tópicos em Administração**. 2020.
- CURSINO, Adélia Marina de Campos. Planejamento, orçamento e gestão fiscal no setor público brasileiro: impactos na contabilidade pública. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 4, p. 1-17, 2025.
- DAHER, Denilson da Mata; MINEIRO, Andréa Aparecida da Costa; DAMASO, Josiane; BOAS, Ana Alice Vilas. As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada. In: **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia (SEGeT)**, 9., 2012, Resende. Anais [...]. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2012.
- FIEK, Nilton; LOOSE, Cleberson Eller. Uso das informações contábeis nas micro e pequenas empresas. **Revista de Administração de Roraima – UFRR**, Boa Vista, v. 7, n. 2, p. 348-365, jul./dez. 2017.
- FREITAS JÚNIOR, Gilson Cavalcanti de; LEITÃO, Carla Renata Silva. O uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas do município de Poção. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão (RBC&G)**, v. 11, n. 20, p. 82–91, jun. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ana Clara de Lima; PEREIRA, Bartolomeu Miranda; CARMO FILHO, Manoel Martins do; BARROS, Jorge de Moura. Contabilidade pública municipal: desafios para a transparência e responsabilidade fiscal no Amazonas. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 23, n. 7, p. 1-11, 2025.

GOMES JÚNIOR, Marcos Aurélio. MPE: conceitos universais e desafios contemporâneos. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jun. 2020.

GOUVEIA, Tânia Almeida; OLOUDE, Bénédicte Bironkè. Análise do papel e da importância da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas do setor de serviços segundo a visão dos gestores. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 8, n. 3, p. 51-73, set./dez. 2023.

JACOMINI, Jorranes; SILVA, Fabio Pereira da. A percepção dos pequenos empreendedores sobre a consultoria jurídico-tributária. **Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE)**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2024.

LOBATO, Mateus Pereira; PARAVIDINE, Raimundo J. **Contabilidade no Brasil: Ontem e hoje**. Brasília: Centro Universitário ICESP, 2023.

MACIEL, Maria de Nazareth Oliveira; SILVEIRA, Pamela Thalia de Sousa da; LEAL, Alexandre de Sousa; MACIEL, Luann Yago Oliveira; Ó, Marco Aurélio Leal Alves do. Demonstração dos fluxos de caixa: um passeio contábil pelos municípios do estado do Pará. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 1-19, 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTES, Candida de Souza; DALONGARO, Roberto Carlos; WESZ, Luís Fernando Peixoto. A história da contabilidade e seus aspectos contemporâneos: uma contribuição teórica ao profissional da atualidade. **Revista RICADI**, v. 4, p. 1-15, jan./jul. 2018.

NEVES, Marcus Lourival; CRUZ, Poliano Bastos da; LOCATELLI, Octavio. Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 25, n. 1, p. 1-28, 2024.

OLIVEIRA, Edilene Cristina Barbosa de; SILVA, Cleber Fernando Alves da; MACEDO, Karla Gonçalves. A importância da contabilidade como ferramenta para o microempreendedor individual (MEI). **Revista Foco**, v. 18, n. 10, e10275, p. 1-24, 2025.

PORTARI, Natalia de Souza; AMERICO, Renata da Silva Moraes; VENANCIO, Gabriel Pereira; RIBEIRO, Rogerio de Jesus; BORELI, Daniela. A evolução histórica da contabilidade no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023.

SANT'ANA, Samuel Gonçalves. **A contabilidade no Brasil: o seu início aos dias atuais**. Artigo Acadêmico (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, 2019.

SILVA, Clayton Robson Moreira da; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 791-801, jul./ago. 2019.

SILVA, Bruna Gabriela Godinho da; MERICIAL, DriellySarggin. **A evolução da contabilidade nos processos históricos do Brasil e do mundo**. Módulo II. Londrina: Instituto de Ensino Superior de Londrina, 2019.

SILVA, Vanderlucia de Jesus da. Informação contábil para pequenas empresas: possibilidades, desafios e percepção de microempresários. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 16, n. 4, set./dez. 2024.

SILVA, Isabela Cristina de Macedo; REZENDE, Rodrigo Elias de; COSTA, Antônia Elisangela Vaz; DUARTE, Suelma Rodrigues. A contribuição da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 3, 2025.

SILVA, Elina Martins; SILVEIRA, Marco Antonio. Inovação na gestão da micro e pequena empresa em cenário de crise: impactos do COVID-19 em empresas do município de Piumhi-MG. **Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE)**, v. 18, n. 1, p. 1-?, jan./abr. 2024.

SILVA, Leandro Bomfim; PIRES, Vanessa Martins. Contabilidade pública como pilar da transparência municipal: uma revisão sistemática à luz da Teoria da Agência. **Revista Foco**, Curitiba, v. 18, n. 5, e8427, p. 1-26, 2025.

SILVA FILHO, Fabiano Ferreira da; SANTOS, Allisson Silva dos; AGUIAR, José Hilton Santos; CASTRO, Guthemberg Cardoso Agra de. Utilização das informações contábeis na gestão de microempreendimentos individuais da cidade de Monteiro – PB. **REMIPE – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, v. 11, n. 2, out. 2025 – mar. 2026.

SILVEIRA, Mário Henrique Fernandes; MASSULA, Renata Graziela; MOTA, Luiz Fernando; SILVA, Antônio Suerlilton Barbosa da. O impacto das micro e pequenas empresas no mercado de trabalho: uma análise da Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais. In: **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, 9., 2012, Resende. Anais... Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2012.

TAVARES, Carliele Dóres. **A importância da escrituração contábil na tomada de decisão nas microempresas de Santana do Ipanema** – AL. 2018. 69 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Unidade Santana do Ipanema, Santana do Ipanema, 2018.

TAVARES, Felipe Cosme de Alencar. **O impacto das micro e pequenas empresas sobre o crescimento econômico dos municípios brasileiros**. 2021. 46f.

Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2021.

TEIXEIRA, Elisabeth. **As três metodologias**: acadêmica, das ciências e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

VALLIM, Alberto Ribeiro; MONASTERIO, Leonardo. Crescimento econômico regional e complexidade: o papel das microempresas e dos MEI. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 17, n. 1, p. 131-154, 2023.

XAVIER, Vitor Fonceca; BERTACI, Moacir José. A importância das micro e pequenas empresas para o crescimento do país. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, SP, v. 15, n. 2, p. 161–173, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “A eficácia de informações contábeis para micro e pequenas empresas: estudo de caso na empresa Agro Lopes em Itaituba-PA”, desenvolvida pelos pesquisadores Jair Alexandre Miranda de Jesus Júnior e Rubin Santos Ferreira, acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Itaituba, sob orientação do Professor Flavio Sousa do Nascimento.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a eficácia das informações contábeis no processo de gestão e tomada de decisão em micro e pequenas empresas, tendo como base um estudo de caso realizado na empresa Agro Lopes, localizada no município de Itaituba, no estado do Pará.

Sua participação na pesquisa consistirá em responder a um questionário estruturado, composto por perguntas relacionadas à utilização das informações contábeis na gestão empresarial, à percepção sobre a importância da contabilidade, à consultoria contábil, às burocracias institucionais e às obrigações fiscais. O tempo estimado para responder ao questionário é de aproximadamente 15 a 20 minutos.

A participação nesta pesquisa é voluntária, não havendo qualquer obrigação em participar. O(a) participante poderá recusar-se a participar ou desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

1 - Riscos da pesquisa

Os riscos associados à participação nesta pesquisa são considerados mínimos, limitando-se ao possível desconforto em responder algumas perguntas relacionadas à gestão empresarial. Caso o participante se sinta desconfortável, poderá interromper sua participação a qualquer momento.

2 - Benefícios da pesquisa

Embora não haja benefícios diretos ao participante, a pesquisa poderá contribuir para ampliar a compreensão sobre o uso das informações contábeis na gestão das micro e pequenas empresas, podendo auxiliar na melhoria das práticas gerenciais e no fortalecimento da utilização estratégica da contabilidade no ambiente empresarial.

3 - Garantia de liberdade

O participante tem garantido o direito de retirar seu consentimento e interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, penalidade ou constrangimento.

4 - Garantia de esclarecimentos

O participante poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa a qualquer momento antes, durante ou após sua participação.

5 - Despesas, compensações e indenizações

Não haverá custos ou despesas para os participantes desta pesquisa. A participação é voluntária e não haverá qualquer tipo de compensação financeira.

6 - Direito de confidencialidade

Todas as informações fornecidas pelos participantes serão tratadas de forma estritamente confidencial. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo garantido o sigilo das informações e a preservação da identidade do participante.

7 - Identificação do(a) voluntário(a) da pesquisa

Nome: _____

Endereço: _____ Nº: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: () _____

Declaro que fui informado(a), verbalmente e por escrito, sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Declaro também que tive a oportunidade de esclarecer minhas dúvidas e que concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Declaro que entendi e concordo com os termos apresentados neste documento.

Itaituba, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Contato do pesquisador: _____

Orientador: Prof. Flavio Sousa do Nascimento

APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DA EMPRESA

1.1 Tempo de atuação no mercado:

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 3 a 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

1.2 Número atual de funcionários:

- ☐ Apenas o proprietário
- ☐ 2 a 5 funcionários
- ☐ 6 a 10 funcionários
- ☐ 11 a 20 funcionários
- ☐ Mais de 20 funcionários

1.3 Faturamento médio mensal (opcional):

- ☐ Até R\$ 20.000
- ☐ R\$ 20.001 a R\$ 50.000
- ☐ R\$ 50.001 a R\$ 100.000
- ☐ R\$ 100.001 a R\$ 360.000
- ☐ Acima de R\$ 360.000

BLOCO 2: UTILIZAÇÃO ATUAL DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 A empresa possui contador ou escritório de contabilidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.2 Se SIM, há quanto tempo utiliza serviços contábeis?

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ 6 meses a 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

2.3 Qual o principal motivo para contratar serviços contábeis? (pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Obrigação legal/fiscal
- ☐ Controle financeiro
- ☐ Tomada de decisões estratégicas
- ☐ Planejamento tributário

☐ Orientação para crescimento

☐ Outro: _____

2.4 Quais relatórios/informações contábeis você recebe atualmente? (pode marcar mais de uma)

☐ Balanço Patrimonial

☐ DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)

☐ Fluxo de Caixa

☐ Análise de custos

☐ Relatórios tributários

☐ Apenas guias de impostos

☐ Não recebo relatórios

☐ Outros: _____

BLOCO 3: PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Você utiliza as informações contábeis para tomar decisões no seu negócio?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Às vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

3.2 Em sua opinião, a informação contábil pode ser um diferencial competitivo para micro e pequenas empresas? Explique:

☐ Sim, totalmente

☐ Sim, parcialmente

☐ Não sei dizer

☐ Não

Justificativa:

3.3 Como você avalia o nível de compreensão das informações contábeis que recebe?

☐ Compreendo totalmente

☐ Compreendo a maior parte

☐ Compreendo parcialmente

☐ Tenho dificuldade para compreender

☐ Não compreendo

BLOCO 4: CONSULTORIA CONTÁBIL E TIPOS DE SERVIÇOS

4.1 Além dos serviços básicos (impostos, folha de pagamento), seu contador oferece consultoria para gestão do negócio?

☐ Sim, regularmente

- ☐ Sim, ocasionalmente
- ☐ Não oferece
- ☐ Não tenho contador

4.2 Quais tipos de consultoria você gostaria de receber do seu contador? (pode marcar mais de uma)

- ☐ Planejamento tributário (redução legal de impostos)
- ☐ Análise de viabilidade de investimentos
- ☐ Controle de custos e despesas
- ☐ Precificação de produtos/serviços
- ☐ Análise de lucratividade
- ☐ Estratégias para crescimento
- ☐ Gestão de fluxo de caixa
- ☐ Orientação para obtenção de crédito
- ☐ Outros: _____

4.3 Na sua percepção, quais resultados superiores um contador qualificado poderia oferecer para microempreendedores?

BLOCO 5: CRESCIMENTO, ESTAGNAÇÃO E RESULTADOS

5.1 Sua empresa apresentou crescimento nos últimos 2 anos?

- ☐ Sim, crescimento significativo
- ☐ Sim, crescimento moderado
- ☐ Manteve-se estável
- ☐ Apresentou queda

5.2 Se houve estagnação ou queda, quais fatores você identifica como principais causas? (pode marcar mais de uma)

- ☐ Falta de capital de giro
- ☐ Alta carga tributária
- ☐ Falta de planejamento financeiro
- ☐ Concorrência
- ☐ Falta de conhecimento em gestão
- ☐ Burocracias excessivas
- ☐ Economia local fragilizada
- ☐ Outros: _____

5.3 Você acredita que o uso adequado de informações contábeis poderia ter evitado ou reduzido problemas de estagnação? Por quê?

- ☐ Sim, com certeza
- ☐ Sim, provavelmente
- ☐ Não sei dizer
- ☐ Não

Justificativa:

5.4 Você conhece outras micro ou pequenas empresas em Itaituba que utilizam informações contábeis de forma estratégica? Percebe diferenças nos resultados?

BLOCO 6: BUROCRACIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

6.1 Como você avalia o nível de burocracia para manter uma micro ou pequena empresa regularizada?

- ☐ Muito elevado
- ☐ Elevado
- ☐ Moderado
- ☐ Baixo

6.2 Você compreende todos os impostos e obrigações que sua empresa precisa cumprir?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Parcialmente
- ☐ Pouco/Não compreendo

6.3 Você já recebeu alguma autuação ou multa por descumprimento de obrigações fiscais?

- ☐ Sim - Motivo: _____
- ☐ Não

6.4 A carga tributária atual dificulta o crescimento do seu negócio?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Sim, parcialmente
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não

BLOCO 7: CONTEXTO ECONÔMICO LOCAL (ITAITUBA-PA)

7.1 Como você avalia o ambiente de negócios em Itaituba para micro e pequenas empresas?

- ☐ Muito favorável
- ☐ Favorável
- ☐ Neutro
- ☐ Desfavorável
- ☐ Muito desfavorável

7.2 Quais são os principais aspectos POSITIVOS do comércio local? (pode marcar mais de uma)

- ☐ Demanda local aquecida
- ☐ Baixa concorrência
- ☐ Apoio de entidades empresariais
- ☐ Cultura empreendedora
- ☐ Outros: _____
- ☐ Não identifico aspectos positivos

7.3 Quais são os principais aspectos NEGATIVOS do comércio local? (pode marcar mais de uma)

- ☐ Economia instável
- ☐ Alta concorrência desleal
- ☐ Falta de mão de obra qualificada
- ☐ Infraestrutura precária
- ☐ Dificuldade de acesso a crédito
- ☐ Baixo poder aquisitivo da população
- ☐ Outros: _____

BLOCO 8: RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

8.1 Sua empresa desenvolve alguma ação de responsabilidade social?

- ☐ Sim - Quais: _____
- ☐ Não, mas pretendo
- ☐ Não

8.2 Você compreende as obrigações sociais que sua empresa deve cumprir (trabalhistas, ambientais, comunitárias)?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Parcialmente
- ☐ Pouco/Não compreendo

BLOCO 9: AVALIAÇÃO FINAL

9.1 Em uma escala de 0 a 10, qual a importância das informações contábeis para o sucesso da sua empresa?

- ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

9.2 Qual seria o principal benefício de adotar práticas contábeis mais estruturadas no seu negócio?
